



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO 22 - Nº 397 - DE 22 DE AGOSTO A 05 DE SETEMBRO DE 2010 - R\$ 3,00

**20 de agosto  
de 1940**

**70 anos do  
assassinato  
de Trotsky**

**Reconstruir a IV Internacional  
Pôr em pé os partidos-programa em cada país**

## Caudilhismo de Lula nas eleições

A pesquisa do Ibope, publicada pouco antes do início da propaganda nos meios de comunicação, conferiu à candidata Dilma Rousseff 11 pontos de vantagem sobre o adversário José Serra. Somados os votos dos concorrentes, obtêm-se 41%, enquanto que Dilma abarca 43% das intenções de voto. Os analistas do Ibope concluem que, descontando os votos nulos, brancos e indecisos, a candidata governista alcançará 50% mais 1, sendo eleita no primeiro turno.

A diferença de intenção nas camadas mais pobres da população é gritante: Dilma tem 48% e Serra 26% entre os miseráveis (renda familiar de até um salário mínimo); e 45% e 30%, respectivamente, entre os paupérrimos (renda familiar até dois salários mínimos). Na classe média, com renda de cinco a dez salários mínimos, há empate (na casa de 41%). Serra lidera apenas nas camadas ricas (renda acima de 10 salários mínimos) com 48% a 29% de Dilma. Não por acaso, a candidata de Lula esmaga o candidato do PSDB no Nordeste (53% dos votos).

O sintoma que indica a vitória quase certa da candidata de Lula é o fato de Dilma romper o chamado empate técnico (35% a 35%) no Sudeste e passar a liderar com uma diferença de 9 pontos (41% a 32%). José Serra mantém a vantagem apenas no Sul do país (44% a 35%). A ultrapassagem de Dilma na maior zona eleitoral (Sudeste) reverteu o quadro inicial das intenções de voto, que assegurava a Serra a possibilidade de vitória diante de uma candidata desconhecida da população e politicamente obscura, que nunca disputou uma eleição.

O combate do PSDB e DEM para cercear a intervenção de Lula em favor de sua candidata antes mesmo de lançá-la oficialmente na disputa objetivou impedir a popularização antecipada de Dilma por meio da associação com o presidente da República. Os recursos impenetrados na justiça eleitoral, as multas e a campanha da grande imprensa contra o uso da máquina do Estado e das ações governamentais não detiveram o ímpeto de Lula de tornar Dilma sua sucessora. Não há partido que não use o poder do Estado para disputas eleitorais (na verdade, usa-o para tudo). Serra usou e abusou de sua posição de governador do estado de São Paulo. A diferença não está somente no poder da máquina federal, superior à estadual, de Serra, mas também e fundamentalmente na força do caudilhismo.

Lula é produto da crise das velhas lideranças burguesas. Despontou-se antes como caudilho dos explorados, liderando as greves operárias do ABC, fundando a CUT e encabeçando a formação do PT, originalmente distinto dos partidos oficiais e oligárquicos, e somente depois se tornou caudilho da política burguesa. As massas o aprovaram como Presidente, não na condição do primitivo caudilho, mas do caudilho burguês.

As condições econômicas favoráveis desde 2003 e os programas assistencialistas (chamados de inclusão social, cidadania, ações afirmativas) deram a Lula a possibilidade de sustentar e expandir perante os explorados a figura do caudilho primitivo e de convencer à classe capitalista de ser um conveniente caudilho burguês. Inevitavelmente, setores da classe capitalista nunca o aceitaram. Como se diz, tiveram de engoli-lo a seco. A grande imprensa, principalmente os proprietários Mesquitas, atuou como oposição sistemática, partidariamente.

A miséria profunda de camadas inteiras da população foi maquiada. A meta de dobrar o salário mínimo ficou longe do prometido. Mas, sob o governo Lula, reverteu-se a taxa de desemprego crescente que levou as massas a rechaçarem o PSDB de FHC. Lula não poderia cumprir a bravata de fazer com que todo brasileiro tivesse três refeições ao dia. No entanto, a expansão econômica e o emprego em alta (mesmo

assim, a taxa oficial está acima de 7%) dinamizaram os crediários, o endividamento da população e o consumo de bens duráveis. A classe média não pode se queixar. A sua camada mais pobre foi incentivada a ascender pelo estudo. Os camponeses sem-terra não viram avanços na distribuição de terra por meio dos assentamentos. Porém, o MST continuou a ser considerado “movimento social”, que deve ter um lugar ao sol, não indo além do que o direito burguês de propriedade permite. Enquanto assim for, continuará a receber verbas do Estado. Criou-se a aparência de que o capitalismo no Brasil caminha por solucionar gradualmente antigos problemas e contradições, principalmente a pobreza extrema. O feito passou a contar com o apoio de importantes setores da burguesia nacional e internacional, uma vez que ficou claro que a acumulação de capital continuava a todo vapor, que os gastos do Estado com o assistencialismo possibilitavam a política caudilhesca controlar a classe operária, que as multinacionais estariam bem protegidas, que os credores receberiam pontualmente os juros das dívidas interna e externa e que o capital especulativo seria ainda mais incentivado.

Quem dos capitalistas achava que com Lula e o PT no poder haveria um distributivismo forçado e conflituoso folgou em ver uma combinação rara na conjuntura: crescente acumulação de riqueza e distribuição de migalhas da montanha de mais-valia extraída pela exploração do trabalho.

A frustração do caudilho está apenas no fato de ser impedido de se candidatar pela terceira vez. A oposição do PSDB e DEM foi derrotada na tentativa de tirar o mandato de Lula por meio de um impeachment, motivado pela maior campanha política em torno do escândalo de corrupção envolvendo a cúpula do PT. Lula se escorou na aliança com o maior partido oligárquico – o PMDB –, sem precisar testar sua força de caudilho recorrendo às massas. Nas eleições de 2006, impôs uma segunda derrota ao PSDB/DEM, obtendo o segundo mandato contra o direitista e chocho Geraldo Alckmin.

A crise econômica, que eclodiu em meados de 2008 nos Estados Unidos, atingiu duramente o Brasil, mas por um breve período. Lula se saiu bem do perigo do País não estar diante apenas de uma “marolinha”. As massas continuaram a ver no Presidente um garantidor dos empregos e dos crediários. Não havia nenhum partido ou candidato capaz de fazer frente eleitoral ao caudilho. Fato esse que garantia a continuidade da aliança com o PMDB, interessado em aumentar ainda mais seu poder no Estado e nos comandos do governo. Como caudilho burguês, já não era um político do PT, mas de uma ampla aliança, talvez a mais ampla da história política do Brasil. Criou-se uma interdependência entre o caudilho e o PMDB; e uma total subserviência do PT.

Lula se viu livre de figuras fortes, como José Dirceu, que foi ceifado pelo “mensalão”, mas em contrapartida perdeu Palocci que estava sendo preparado para seu sucessor. A derrubada de um conjunto de membros do governo foi uma vitória “de Pirro” do PSDB/DEM. O PMDB ocupou os espaços abertos pela crise política e contou com a eleição de quem Lula indicasse. O que não significava que fosse o candidato da burguesia em geral. Serra se mostrou o preferido, desde o lançamento de sua candidatura. Dilma era e é uma incógnita. Não porque fosse esquerdista, como a direita procurou pintá-la. Mas porque, diante de uma possível mudança da conjuntura econômica e retomada do movimento operário, Serra está mais capacitado para liderar a reação.

Sem dúvida, há setores com interesses particulares, ligados ao PAC ou privilegiados pela política econômico-financeira, que vêm na continuidade da gestão lulista a manutenção de vantagens imediatas. Não obstante, a burguesia como classe tem visão estratégica. Serra representa uma candidatura orgânica e ligada à fração da burguesia paulista. Ocorre que se constatou que o caudilho Lula é quem decide a eleição, com seus 70% de aprovação pela população.

Observa-se uma mudança no comportamento da classe capitalista ao se constatar que Lula, de fato, arrasta as massas assalariadas, boa parte dos camponeses e da juventude em apoio à candidata indicada. A candidatura de Serra se bate por conseguir rios de dinheiro previstos no orçamento de campanha. O comitê de Dilma se locupleta com facilidade. É recente a previsão de que Serra poderá perder já no primeiro turno. Não se tem como definitivo o naufrágio. Conta-se ainda com a força do marketing eleitoral. Se rapidamente não houver uma virada nos números, o processo de esvaziamento de sua candidatura tomará corpo. Há reclamações de que prefeitos e autoridades da base peesedebista estão fazendo corpo mole ou se deslocando para Dilma. Os ratos quando veem o barco afundar saltam para sobreviverem. O caso mais sintomático é o de Minas Gerais, estado comandado por Aécio Neves. Mas as reclamações de que os candidatos a governador, senador e deputado não estão propagando o nome de Serra e se valendo do de Lula cresce.

No momento em que Serra conseguiu efetivar-se como candidato do PSDB, em coligação com o DEM, mostrava-se à frente de Dilma. O que lhe conferiu vantagens políticas para obter unidade oposicionista. A candidata de Lula não inspirava confiança sequer no conjunto das forças governistas. Assim que o quadro de intenção de voto mudou em favor de Dilma, sua candidatura ganhou unanimidade oficialista. Ocorrendo o inverso com Serra que não viu crescer o empenho e a disciplina dos oposicionistas. Essa movimentação de força nas eleições é típica da política burguesa. Os navios vão carregados de ratos até a chegada da tormenta ou do Cabo da Boa Esperança.

As massas são colocadas sob intensa pressão para se alinharem atrás das candidaturas que darão lugar a mais um governo burguês, cuja função primeira é de perpetuar o regime de exploração do trabalho. Lula, nas condições econômicas favoráveis, pôde conservar a linha mestra da política econômica - herdada de FHC e traçada pelo imperialismo - e adaptá-la às circunstâncias de acordo com os interesses do grande capital. Dilma anunciou à burguesia que fará o mesmo, que não haverá nenhuma virada brusca no programa de governo.

O episódio de registro no TSE de um programa errado em que constavam pontos considerados esquerdizantes, como ouvidoria no caso de ocupação de terra, controle social da mídia, princípio da mulher dispor de seu corpo (aborto) etc, serviu para Lula e a candidata esclarecerem que se tratava de posições do PT. O programa de Dilma é de responsabilidade da coligação. Morreu aí a possibilidade de Serra atacar Dilma. O campo de ataque da oposição se mostrou limitado. Contestar a política econômica? Não podia, uma vez que Lula deu continuidade a FHC e a burguesia está contente por fazer bons negócios. Requentar o mensalão? Não era possível, o escândalo de corrupção do DEM em Brasília é o mais perto da memória das massas, além do mais Lula ganhou o segundo mandato com mensalão e tudo o mais. Mostrar que o PT montou uma quadrilha no Estado, a ponto de fazer dossiês ilegais? A tentativa foi feita. Acusar o PT de apoiar as Farcs e ligá-lo com o narcotráfico. Não deu resultado - a classe média pouco acreditou. Explorar os direitos humanos na questão dos presos cubanos e da repressão do regime iraniano? Uma enorme campanha foi desfechada

pela imprensa. Mas é tão hipócrita e tão servil aos Estados Unidos que não comoveu as massas que lidam com a fome diariamente e com a violência policial que assola os bairros populares e favelas.

Sobrou o MST. João Pedro Stédile defendeu o voto em Dilma, afirmando que sob seu governo as ocupações seriam mais fáceis. Bastou para suscitar o perigo das “invasões” e da quebra do direito de propriedade. Resposta simples de Dilma: “Pode falar ao Stédile que não tem essa de sair por aí invadindo e achar que vai ser moleza. Porque não vai ser não!” O vice de Serra, Índio da Costa, voltou a bater na tecla da complacência do governo Lula perante o MST e as “invasões” e o perigo que seria em um governo de Dilma. Resposta do vice de Dilma, Michel Temer: “Começo dizendo de forma absolutamente radical (...) que o que está fora da lei não será tolerado. Aliás, o governo Lula conseguiu pacificar os movimentos sociais. (...) Agora, vamos para uma eleição tranquila, com os movimentos sociais pacificados.” Nada mais claro de que foi um grande mérito do caudilho ter encabrestado os sindicatos, Centrais e MST. Quem mais poderia ter prestado um serviço tão grandioso à classe capitalista?

## O que a esquerda petista exige de Dilma Rousseff

Limitamo-nos às posições de “O Trabalho”, por se reivindicar da IV Internacional. Entendemos que a política da corrente lambertista não guarda semelhança com o marxismo-leninismo-trotskismo. Não é surpresa que se lance na defesa da candidatura de Dilma, em nome de barrar a volta do PSDB/DEM ao poder. Quer que se acredite que as mudanças econômicas, sociais e políticas passam por essa diferenciação e que a linha revolucionária consiste em exigir de Lula - e agora de Dilma - que atenda algumas reivindicações dos sindicatos e movimentos sociais.

O pressuposto de sua posição assenta no seguinte: as massas continuam com Lula e continuarão com Dilma. O Trabalho quer ficar com as massas, que ficam com Lula e Dilma. E que, conseqüentemente, tem de permanecer no PT como corrente interna. Os lambertistas alimentam a ilusão de que a experiência com Lula e o PT não se esgotou e que cabe defendê-los a todo custo, fazendo uma crítica aqui e outra ali, levantando uma bandeira ou outra na contramão do governo petista. Diante das divergências, O Trabalho faz cartas e abaixo-assinados ora com suas exigências ora de apoio aos pedidos da burocracia sindical. Faz parte desse método o incentivo às audiências públicas, realizadas nas Assembléias Legislativas ou nas dependências de sindicatos, em que autoridades são sabatinadas frente a posições de governo (pré-sal, Petrobrás etc.) Organiza internamente ao partido o chamado “Diálogo Petista”, que reúne militantes e parlamentares descontentes e de onde se arquitetam as campanhas e o método institucional acima descrito.

Frente à crise de final de 2008 e das demissões em massa, o Diálogo Petista promoveu um ato de entrega de um abaixo-assinado ao presidente da República pedindo que editasse uma Medida Provisória proibindo que os capitalistas demitissem em massa. Lula engavetou as 45 mil assinaturas. Outra campanha foi a de apoiar ao PL de Monopólio de Petróleo, elaborada pela Frente Única dos Petroleiros (FUP), realizando as tais das audiências. Lula não deu a mínima. Sobre a bandeira de retirada das tropas do Haiti, Lula simplesmente desconheceu. Tais divergências e manifestações institucionais não perturbam a burocracia do PT, são cabíveis e não atrapalham eleitoralmente o partido. O fundamental está em que todos se alinhem na defesa do governo Lula. Cumprida essa condição, a esquerda petista pode se manifestar como bem entender.

Desde a expulsão das correntes de esquerda que não aceitaram o cabresto da burocracia lulista, O Trabalho evidenciou-se como uma organização parasitária do reformismo. Tudo em nome da IV Internacional. A política oportunista expressa a negação da estratégia da revolução proletária. O trotskismo do O Trabalho é uma casca oca. De vez em quando, recorre ao legado de Trotsky e ao Programa de Transição. Mas, na política concreta, os lambertistas se submetem à constituição do governo burguês, ao eleitoralismo e ao burocratismo sindical. Já não têm necessidade programática de distinguir bem o proletariado das demais classes – tudo virou povo.

De fato, nas eleições a classe operária se diluiu como povo, na ausência do partido revolucionário. A frase “As medidas que o povo espera de Dilma” é típica do populismo burguês, ecoada no momento pelo O Trabalho. O “povo”, as massas oprimidas, é arrastado pela disputa interburguesa e utilizado para constituir um novo governo da burguesia. O Trabalho dá a receita de como deve se comportar a candidata de Lula: comprometer-se com a atualização do índice de produtividade da terra (reivindicação do MST) e com a PL 531 de “Retomada do Monopólio Estatal do Petróleo para a Petrobrás.

Lula desdenhou esses pleitos. A bandeira de atualização do índice de produtividade expressa o beco sem saída da caricata reforma agrária promovida pelas desapropriações com ricas indenizações e assentamentos. O monopólio do petróleo pela Petrobrás, uma bandeira anti-imperialista, se limita à defesa nacionalista. Acrescenta-se o projeto de lei de redução da jornada de trabalho para 40 horas. Uma

bandeira diversionista da burocracia sindical da CUT/Força Sindical para não enfrentar seriamente o flagelo do desemprego.

Diz o editorial “Uma Iniciativa na Campanha” (refere-se a uma carta dirigida a Dilma) - “Diante da atual ofensiva do PSDB para voltar ao Planalto, o combate pelo voto PT deve ter um conteúdo claro: o de avançar no atendimento das reivindicações das massas. O que só é possível fazendo o que não foi feito, sobrepondo os interesses do povo aos dos privilegiados de sempre.” Fazer o que não foi feito refere-se ao governo de Lula, que privilegiou os interesses dos privilegiados de sempre. Ora, Lula não poderia fazer diferente, uma vez que exerceu um governo da burguesia.

É preciso que O Trabalho faça um balanço do governo Lula e de sua responsabilidade em apoiá-lo. Defender esse governo não resulta em se comprometer com a política que sobrepõe os interesses dos privilegiados sobre o povo? Dilma constituirá um novo governo burguês, isso tem de ser dito para a classe operária, para os camponeses, para a classe média pobre e para a juventude. O Trabalho esconde, talvez de sua própria militância, o conteúdo de classe do governo Lula e de Dilma.

A classe operária e os demais explorados continuam iludidos com o caudilho aburguesado. A experiência com o Lula fantoche do grande capital será superadas por meio de uma inflexível oposição revolucionária. É dizendo a verdade sobre o governo Lula para os explorados e desmascarando a política burguesa do PT que ajudaremos o proletariado encontrar o caminho da revolução social.

## ELEIÇÕES EM RONDÔNIA

# Trabalhar para pôr em pé o partido operário revolucionário

A eleição em Rondônia está sendo considerada uma das mais acirradas na disputada ao governo do estado. Segundo os assessores dos partidos, isso se dá em função de ter cinco candidatos. Também é o sexto governo a ser eleito.

Saiu a pesquisa das intenções de voto dos candidatos. Quem apareceu na frente é o candidato Expedito Júnior (PSDB), com 26%. Confúcio Moura, do PMDB, 21%; João Cahulla, do PPS, 15%; Eduardo Valverde, do PT, 6%; e Marcos Sussuarana, do PSOL, 1%. Brancos e nulos somam 9 % e indecisos, 21%. Após esta pesquisa, o Tribunal Eleitoral indeferiu a candidatura do Expedito Junior, condenação de abuso de poder econômico. Mas nada mudou. Expedito continua com a campanha, comparece surpreso com corte local e reafirma que irá recorrer ao TSE, pois tem um prazo até dia 19 de agosto. Ele que já foi cassado do cargo de senador pela compra de voto no pleito passado junto com Ivo Cassol, que também teve a candidatura a senador indeferida pelas mesmas razões.

Expedito Junior tem um jeito matreiro populista de arrebatar o voto das massas. Aproveita do feito de ter elaborado uma lei em nível nacional que beneficiou os mototaxistas para coletar votos. É o representante da classe burguesa ligada à indústria agropecuarista, de parte dos grileiros latifundiários e das relações de amizade com o corrupto Cassol.

O candidato do PMDB, Confúcio Moura, representa a oligarquia Raupp, que abarca o restante da quadrilha de latifundiários do estado. Usa seus feitos como prefeito por duas

vezes da cidade de Ariquemes e conta com o vice-governador, Airton Gurgacz (PDT), que monopoliza as empresas de transporte interestadual, União Cascavel, que trafega o Brasil inteiro e até para o exterior, como Venezuela, Bolívia etc.

Cahulla, marionete de Cassol, aparece em terceiro lugar, mesmo tendo o aparato da máquina do estado. Valverde, em quarto lugar, apesar de usar a figura do caudilho Lula e de seu assistencialismo, obras do PAC não alcançou destaque nas pesquisas. O candidato do PSOL não tem o apoio dos movimentos sociais, o que dificulta a obtenção de votos.

O fato é que os candidatos da burguesia, todos envolvidos com a corrupção e a grilagem de terra, são os primeiros colocados. As massas empobrecidas estão sendo enfileiradas em torno dessas candidaturas. O PT, que tem o apoio dos sindicatos, da CUT e que dirige a prefeitura de Porto Velho, não tem arrastado os trabalhadores para votar em Valverde. Na disputa pelo voto nas eleições, os que mais projetam são os politiquês da burguesia e os que recebem grandes fortunas para patrocinar as campanhas.

O que se nota em Rondônia é o profundo atraso político dos explorados, que são conduzidos a votar em seus exploradores. A pouca penetração do Partido Revolucionário no seio das massas é o principal obstáculo para o avanço da consciência. A defesa do voto nulo, é a forma encontrada para rejeitar a bandidagem eleitoral e levantar a bandeira da construção do partido operário revolucionário.

# O Trabalho não está em condições de criticar a Conlutas

Julinho Turra, importante membro do “O Trabalho”, corrente interna do PT, publicou um artigo intitulado “O fiasco Conlutas-Intersindical em Santos”. O redator o assina como diretor executivo da CUT Nacional.

O artigo começa com duas citações extraídas do Programa de Transição da IV Internacional, elaborado por León Trotsky. Em essência, combate o sectarismo que se expressa na tentativa de formar pequenos sindicatos como “segunda edição do partido”, o auto-isolamento frente aos sindicatos de massa controlados pela burocracia e a indiferença “à luta que se desenvolve no seio das organizações reformistas”.

O que motivou a crítica foi o fracasso da tentativa de uma fração da Intersindical se unificar com a Conlutas e assim no congresso constituir uma nova Central. Julinho Turra assinala que a Central concebida (Central Sindical e Popular) dissolve os sindicatos de trabalhadores “numa organização comum com entidades estudantis e movimentos populares”.

Retomando as formulações do Programa de Transição, explica que no fundo do “fiasco” da unificação está o fato da Conlutas e Intersindical virarem “as costas para organizações de massa construídas pela própria classe para sua luta, o que “equivale a abandonar milhões à influência de dirigentes que se pretenderia combater, e isolar-se num gueto de ‘combativos’ que se entredevoram”.

De certa forma, as críticas de “O Trabalho” coincidem com as do POR. Mas vejamos o que Julinho diz da CUT: 1. A CUT não pertence a uma corrente (“hoje, a majoritária Articulação Sindical); 2. Os sindicalistas do “O Trabalho” combatem “no movimento sindical cutista com uma política independente”, de forma a “preservar a CUT como organização independente de qualquer governo”.

A superficialidade com que Julinho refere-se à situação da CUT chama a atenção. E não se trata do limite do artigo. A frase dedicada à CUT é essa: “Isso não quer dizer que

não há problema na CUT, evidentemente que eles existem.” E conclui: “De nossa parte buscamos através de uma linha de luta pela frente única dos trabalhadores – quer dizer de diálogo e iniciativas concretas pelas reivindicações mais sentidas da classe, além da disputa política no seu interior-, preservar a CUT como organização independente de qualquer governo (...).

Evidencia-se, assim, o porquê da superficialidade. “O Trabalho” convive harmoniosamente com a burocracia dominante, espinha dorsal do PT no movimento operário e correia de transmissão da política governamental. Não se trata de haver problemas na CUT, mas sim da Central ter sido estatizada. A estatização deriva da política de colaboração de classes implantada pela burocracia nas organizações sindicais.

A Articulação Sindical constituiu-se em uma força contrarrevolucionária. A “frente única dos trabalhadores” a que se refere Julinho é uma caricatura, que serve para justificar a coexistência pacífica do O Trabalho com a burocracia cutipequista. Não por acaso, o redator usa as expressões “diálogo” e “iniciativas concretas”.

Julinho mantém um posto na direção da Central, na situação em que a eliminação da democracia operária se encontra em estado avançado e a estatização alcançou um alto grau sob o governo Lula. Existe um vínculo direto entre adaptação de O Trabalho no PT, partido burguês, e a sua convivência com a burocracia colaboracionista. A crítica ao sectarismo da Conlutas acoberta o seu oportunismo aparelhista.

Não se pode combater revolucionariamente (como marxistas) a cisão aparelhista e sectária da CUT promovida pelo PSTU/PSOL e a formação de um Central desvinculada dos sindicatos operários sem que se esteja em luta aberta contra a burocracia estatizante. Atacar a Conlutas de mãos dadas com a burocracia petista não tem a ver com o Programa de Transição. Trata-se de um uso indébito.

## RIO GRANDE DO NORTE

### Dia Nacional de Luta da Conlutas

O dia nacional de luta convocado pela Conlutas, 10 de agosto, foi extremamente esvaziado no Estado. As atividades foram em cada sindicato e a manifestação em comum reuniu cerca de 50 manifestantes, representando vários sindicatos e partidos políticos que estiveram presentes sem as suas bases. Nem sequer as direções dos sindicatos estiveram presentes. Portanto, foi um dia nacional de luta de vanguarda, bastante restrito.

É bom lembrar que, devido ao racha que o PSTU sofreu aqui no Estado, ele não dirige mais a Conlutas. A Central Sindical em Natal está sendo dirigida pelo seu grupo dissidente auto-intitulado de Grupo de Ação Socialista (GAS).

O ato do dia nacional de luta no Estado foi marcado para a frente da Câmara Municipal. Se não fosse a intervenção de uma diretora do Sindicato da Saúde que lembrasse a todos o motivo do local da manifestação, a votação do Plano de Cargos e Car-

reira da categoria, ninguém descobriria. Os partidos políticos PSOL e PSTU fizeram proselitismo político defendendo suas candidaturas locais e nacionais. Foi um verdadeiro comício.

#### O PSTU e a cassação de suas candidaturas

O PSTU teve suas candidaturas locais cassadas pela Justiça burguesa do Estado. O argumento da burguesia de toga foi a ausência do Diretório Estadual. Na verdade, devido à crise política trazida pelo racha, o PSTU ficou com dificuldade de estabelecer seu diretório local. Porém, na mesma reunião que a justiça cassou as candidaturas do PSTU, forneceu um tempo maior para Vilma de Farias (PSB) – dissidente das oligarquias Maia – entregar um documento que estava faltando para legalizar sua candidatura. Tratava-se do pagamento de multa de 25 mil reais.

Ou seja, a burguesia de toga mostrou de que lado está a

Justiça. As candidaturas que são julgadas culpadas em atos de corrupção e precisam pagar multas de milhares de Reais são perdoadas fornecendo um tempo maior para regularizar sua situação. As candidaturas oriundas do PSTU são cassadas. A burguesia tende a estreitar cada vez mais sua democracia incompatibilizando ela com os pequenos partidos que se reivindicam da esquerda socialista.

O PSTU lançou nota posicionando-se contra a atitude da Justiça mas não caracterizou como uma atitude de classe. Chamou a atitude da Justiça de “equivoco” e criou ilusões na possibilidade de que um abaixo-assinado, junto com um recurso ao Tribunal, pudesse reverter a decisão dos juizes. O abaixo-assinado não servia como instrumento de denúncia aos trabalhadores da posição parcial da justiça burguesa, mas na fomentação da ilusão nos trabalhadores da possibilidade de reverter a posição da burguesia mediante um recurso.

O POR defender incondicionalmente o direito do PSTU inscrever seus candidatos.

## O SINTE de Ceará-Mirim

A direção do Sinte de Ceará-Mirim (PSTU) esteve presente ao dia nacional da Conlutas sem mobilizar a base. Não proporcionou nenhuma possibilidade aos trabalhadores da educação da Cidade para participar do ato. O PSTU está presente em três regionais, duas bem próximas da capital, mas não levou nenhum trabalhador de base. O que demonstra a ausência de qualquer atividade de mobilização local.

A direção do Sinte-CM lançou uma nota denunciando a situação das escolas do município entregues às “baratas” (terminologia utilizada por eles). O que a direção não escreveu foi que são coniventes com esta situação. Não mobilizaram a categoria, entravaram a luta na Cidade e demonstraram indisposição para a luta. O que os militantes do PSTU querem na direção do Sindicato é uma vida tranquila de dirigentes viajantes a congressos.

## Movimento Revolucionário

O MR esteve presente ao ato mas não utilizou da intervenção pública. Seu Jornal, apesar de defender o voto nulo, não estampava a campanha.

O Jornal do MR “Correio dos Trabalhadores” chamou a atenção pela defesa de um “SUS de qualidade”. Agregar as criações da burguesia o termo “de qualidade” conduz a compreensão de que o problema é de má administração pública. Afinal, basta enviar mais dinheiro, utilizá-lo em prol dos trabalhadores (ou seja, sem corrupção) ou até mesmo seguindo as normas direitinho, que o sistema único de saúde vai funcionar.

O SUS da burguesia é uma balela. O dinheiro público é utilizado para comprar leitos e serviços dos hospitais particulares. Assim, financia a saúde privada em detrimento do setor públi-

co.

O que os trabalhadores precisam é de um sistema de saúde único totalmente público. Ou seja, estatização de todo o sistema privado de saúde, nenhuma verba pública para os capitalistas. Tentar melhorar as criações da burguesia conduz ao reformismo.

## O POR defendeu a independência de classe e a ação direta

O POR esteve presente com sua militância mobilizada, falou no ato defendendo que os trabalhadores se preparem para enfrentar a crise que se avizinha e, por isso, saudou com bastante entusiasmo o dia nacional. Porém, demonstrou para os trabalhadores presentes a falta de uma direção de luta para os trabalhadores, já que os partidos ditos de esquerda, estavam todos voltados para o eleitoralismo. Assim, denunciemos a justiça de classe da burguesia, demonstrando que os trabalhadores não podem se iludir com a democracia capitalista e, junto com ela, defendeu o voto nulo programático como forma de construir a independência de classe para a revolução proletária.

## Calourada da UFRN foi um fiasco

A chuva acabou com a festa preparada pela burocracia universitária para recepcionar os novos estudantes. Pouquíssimos compareceram à Praça Cívica para receber as boas vindas do Reitor.

O Reitor, demonstrando sua frustração, falou menos de 1 minuto. Desanimado, deu as boas vindas e, para disfarçar, saudou a chuva como algo bom para o Nordeste que tem tanta seca. O que o Magnífico esqueceu é que ele estava na capital do Estado, cidade que não tem seca, a média de chuva nesta época é bastante grande e, que quando chove em uma cidade não significa que chove em todo o Estado, muito menos em todo o Nordeste.

Coube à direção majoritária do DCE (PT e “apartidários”) dar as boas vindas aos calouros de modo mais entusiasmado. A burocracia estudantil, feliz de sua união com a Reitoria, falou da função social da Universidade e das mudanças internas e externas na sociedade, necessárias para a construção de um mundo mais justo. Ou seja: abstrações. Na verdade, o diretor do DCE, porta-voz da burocracia estudantil, não se sentiu à vontade para defender as políticas implementadas pela Reitoria e seu governo federal (PT).

A Corrente Proletária Estudantil (POR) esteve presente denunciando as políticas de sucateamento da educação universitária implementada pela Reitoria submissa às políticas do governo Lula (PT/PMDB/PCdoB) e convidando os novos estudantes para a organização da luta em defesa da educação pública.

**A desintegração da Frente de Esquerda**

**A divisão PSol/PSTU/PCB**

Partido Operário Revolucionário **MASSAS**

O cartaz apresenta o título "A desintegração da Frente de Esquerda" no topo. Abaixo, há uma imagem de um globo com o número "4" e uma seta apontando para ele. No centro, há uma imagem de um homem falando em um microfone, com uma seta apontando para ele. Abaixo disso, há três imagens circulares de outros homens. No rodapé, há o texto "A divisão PSol/PSTU/PCB" e o logo do Partido Operário Revolucionário (POR) com o nome "MASSAS".

# Previsão infundada – crise permanece

A crise mundial volta a se manifestar. As notícias de que a recuperação econômica se processava nos Estados Unidos, epicentro da crise, serviam de afagos para o restante do mundo. Mas a fachada de vidro veio abaixo.

O Banco Central americano (FED) divulgou um relatório, no mês de agosto, reconhecendo que a recuperação está “pior do que se imaginava”. Os dados de aumento dos pedidos de seguro-desemprego, os piores nos últimos cinco meses, atestam o quanto a crise atinge a economia real (produção). Outro elemento é a queda das exportações e o aumento do déficit comercial. Ao mesmo tempo, veio à tona os relatos da desaceleração da economia chinesa, mostrando que os indicadores de produção industrial, investimentos e importação tiveram queda. A conclusão é de que as duas maiores economias sinalizaram retrocesso. O agravante está em que a China, durante a bancarrota mundial de 2008, segurou a queda vertiginosa do mercado mundial, com os altos índices de crescimento. Agora, a redução das taxas de crescimento pode causar impactos para os países que dependem de suas importações.

Acrescenta-se a esse quadro a situação do Japão, que desde a década de 90 não conseguiu sair da recessão ou da quase estagnação de sua economia. A Europa há muito está à beira da recessão. O crescimento de 2,2% da Alemanha não foi acompanhado pela França (0,6%), Portugal e Espanha (0,2%) e Itália (0,4%). A Grécia se encontra mergulhada no retrocesso (-1,5%). O conjunto de medidas implantadas no país só tem aprofundado a recessão. O governo grego anunciou que a economia sofreu uma queda de 3,5% nesse segundo trimestre, em comparação ao primeiro de 2010. Os cortes de salários do funcionalismo e aumento nos impostos têm reduzido o consumo. O desemprego passou de 8,5% para 12,5%, sendo que a juventude

de foi a mais golpeada. Os números da Europa não foram piores porque a Alemanha tem segurado a onda de quebras, apesar dos seus 2,2%.

Os pequenos índices de crescimento que eram usados para concluir que a crise tinha sido debelada, se deram sob o intervencionismo dos Estados, cujo resultado foi o gigantesco endividamento dos Tesouros nacionais. A recuperação econômica tem sido usada como justificativa para os cortes de recursos aos serviços públicos (saúde, educação, previdência etc), contenção salarial e desemprego. Na realidade, essa é a via para destruir forças produtivas e proteger a acumulação de capital.

O proletariado e demais explorados encarnam as forças produtivas, por meio do trabalho social. O combate às medidas intervencionistas e de liquidação de conquistas sociais é ponto de partida para o proletariado desenvolver o programa da revolução e ditadura proletárias.

## Desemprego mundial golpeia a juventude

Os dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) indicaram que 29 milhões de trabalhadores perderam os empregos entre 2007 e 2009. Desse total, um em cada quatro eram de jovens entre 15 e 24 anos. Segundo um dos pesquisadores, Steven Kapsos, “Nunca havíamos visto números assim em um espaço tão curto de tempo e tememos que os últimos anos tenham criado uma geração perdida de jovens que dificilmente conseguirão voltar ao mercado de trabalho em condições ideais”.

O relatório afirma, ainda, que metade dos novos desempregados se encontra nos países capitalistas mais desenvolvidos. Sendo que as potências possuem apenas 10% dos jovens do mundo e que 45% desse total perderam os postos de trabalho. Somente em um

ano, três milhões de jovens europeus, japoneses e americanos foram demitidos. As taxas de desemprego, nessa faixa etária, subiram de 10% para 18,5% em dois anos. Um dos piores indicadores é o da Espanha com 40% da juventude sem trabalho. Antes da crise, esse contingente era já de assombrosos 17%. Diz que, na América Latina, mais de um milhão de jovens perderam seus empregos. No Brasil, aparentemente, o problema é menor. Isso por que em 2007 a taxa de desemprego de jovens era de 22% e caiu para 17%. Portanto, continua sendo uma das maiores do mundo. O que torna grave a situação, pois a maioria da juventude sequer conseguiu trabalho antes do período, segundo o relatório.

Para o OIT, organismo controlado pelo imperialismo, as medidas para reduzir o desemprego são os programas assistencialistas dos governos e os incentivos para que os capitalistas contratem a mão-de-obra jovem. O que significa manter a maioria da juventude sem trabalho, submissa ao assistencialismo e aos programas de contratação das empresas subsidiados pelos governos. Tentam iludir uma parcela com um emprego e com uma salário de fome.

A juventude necessita do trabalho e de um salário que cubra suas necessidades. Os jovens estão em plena capacidade física e mental e seu desenvolvimento pleno depende do vínculo com a produção e com a escola. *A bandeira que possibilita o emprego a todos é a da escala móvel das horas de trabalho.* Que os capitalistas, que exploram há séculos a força de trabalho, arquem com a crise de seu sistema econômico. A juventude não pode ser condenada à pobreza e a toda sorte de desgraças do capitalismo, entre elas a marginalização, as drogas e a prostituição. A defesa do emprego, combinada com o acesso irrestrito a todos os níveis de ensino, é a única via de proteger a juventude.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa. CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - [www.pormassas.org](http://www.pormassas.org)**

# Capitalismo em decomposição destrói juventude

A juventude brasileira está morrendo cedo e de forma violenta. Isso é o que demonstram as pesquisas de inúmeros institutos, tanto do governo quanto privado. Os números revelam que o Brasil está em quinto lugar em assassinatos de jovens em toda América Latina. Perde apenas para países como El Salvador, Colômbia, Venezuela e Guatemala. Países cuja situação econômica da grande maioria dos explorados é pior que a do Brasil.

Em relação ao Brasil, os dados indicam: alcançou o patamar de quase 30 mortes por 100 mil habitantes em 2005, sendo a maior parte constituída de jovens entre 15 e 24 anos. A proporção de mortes por assassinatos, nessa faixa etária, é 170% maior que a de outras faixas etárias. O maior risco é de homens adolescentes ou adultos jovens, negros e residentes em grandes centros urbanos. A probabilidade de um jovem brasileiro ser vítima de homicídio é 30 vezes maior que a de um jovem europeu e 70 vezes maior que a de um morador da Inglaterra, da Áustria e Japão.

Diante deste quadro assombroso, os analistas burgueses, os “bons samaritanos” das ONGs e os reformistas lacaios da burguesia, procuram mostrar os caminhos possíveis, dentro do

capitalismo, para solucionar este grave problema. Uns dizem que é necessário reorganizar a segurança pública, tornando-a menos violenta com maior investimento na seleção e na formação de policiais, aliada à melhoria dos mecanismos jurídicos de controle e punição de policiais violentos e corruptos; outros argumentam que a educação é a salvação, tentando demonstrar que houve um avanço significativo na universalização do ensino, mas falta a “qualidade”. Por fim, as ONGs se aproveitam das mazelas produzidas pelo capitalismo para inserir esta juventude, sem perspectiva, em atividades lúdicas, circenses e artísticas, para acobertar os males do sistema de exploração do trabalho e arrancar alguns da marginalidade. São unânimes na crença de que é possível transformar o capitalismo de selvagem em humano. Todos ganham, e muito, com a miséria social. Para alguns é um rico material de propaganda eleitoral; para outros uma forma de encher os bolsos com projetos sociais que distribuem migalhas aos vitimados pela violência.

A juventude brasileira e latino-americana está vivendo uma guerra genocida, produzida pela pobreza que é fruto da grande concentração de riqueza nas mãos de poucos. A violência do Estado é

a forma de proteger a riqueza concentrada pela burguesia e a polícia, seu braço armado. Não cabe iludir as massas com a falsa idéia de que é possível uma polícia suave/humana. Por outro lado, dizer que a educação é um canal de solução para a mortandade de jovens proletários é querer tapar o sol com a peneira. A educação reproduz o sistema que se compõe.

Dizemos que a violência contra a juventude, contra as mulheres, negros etc. é uma violência de classe. O conflito entre as duas grandes classes produzidas pelo capitalismo: de um lado a burguesia, proprietária dos meios de produção; de outro o proletariado, que possui apenas sua força de trabalho como meio de sobreviver. Cabe ao proletariado a unidade em torno da bandeira de emprego a toda a juventude. **Que estes trabalhem apenas quatro horas por dia e o restante se dediquem aos estudos.**

Nos marcos do capitalismo, a juventude dos bairros operários continuará sendo mutilada. A luta contra a violência é parte do programa de destruição do capitalismo, que tem como estratégia a revolução proletária. Sem transformar a base material que sustenta a sociedade de classe, não será possível erradicar a violência sobre a juventude.

## Escola de adestramento: expansão do ensino a distância

O governo Serra/Goldmam/PSDB instituiu através da Lei 1094/09 a Escola de Formação de Professores, como uma 3ª etapa do concurso público para ingresso na rede de ensino. Esta nova modalidade de concurso já está sendo utilizada para os professores que foram aprovados no concurso deste ano.

Desde a primeira semana de agosto, ocorre o tal curso de formação. Terá duração de 4 meses, cujo conteúdo está concentrado na propaganda da política educacional implantada pelo governo do PSDB, desde 2007. Período em que se divulgou o balanço dos últimos dez anos da educação brasileira e se constatou o fracasso das políticas adotadas pelo Estado. A partir daí, os ataques ao magistério foram violentos: as 10 metas da educação; projeto Todos pela Educação, gerenciado por empresas privadas que “adotam” as escolas como parceira; o SARESP, como medidor do desempenho das escolas; o bônus por resultados; valorização por mérito, cuja essência está em premiar aqueles que se submeterem à sua política, e, por último, o concurso em três fases.

A ênfase do curso será no ensino a distância, sendo que haverá apenas três encontros presenciais e, no final deste período de 18 semanas, uma prova eliminatória como fase final do

concurso. Tudo é feito pelo computador e em qualquer lugar. Caso o professor, que já fez um concurso inicial e foi aprovado, não seja aprovado nesta fase não poderá assumir o cargo que escolheu. O objetivo do governo é o de adestrar os recém-concursados para que possam aplicar as apostilas.

No entanto, o que se evidencia é a intenção do governo em expandir, na rede pública de ensino, o ensino a distância. Esta modalidade de ensino vem sendo alvo de grande interesse por parte de empresas e universidades privadas, que vêem na educação uma fatia de mercado a ser conquistado. É a mercantilização do ensino, ou seja, a educação como mercadoria e fonte de polpidos lucros para os capitalistas da educação e das empresas de informática.

*O POR, através da Corrente Proletária na Educação, vem combatendo esta forma de ensino e defendendo o fim dos concursos só trazem desemprego e subemprego. Estabilidade a todos, independente do tempo de serviço, e o Sistema Único de Ensino, sob o controle de quem trabalha e estuda. Escala Móvel das horas de trabalho. Portanto, expropriação da rede privada e estatização de todo o ensino, das creches às universidades.*



# Transferência de capital e intervenção imperialista na educação de São Paulo

A década de 80 foi marcada pelas altas taxas de repetência e evasão na escola pública. Uma resposta a essa situação foi delineada, pelos governos burgueses, através das reformas da década de 90. O lema de “mais matrículas, menos gastos” só poderia ser concretizado camuflando os problemas anteriores. A adoção de ciclos, a promoção automática, os PCN’s, a desvalorização do conhecimento (antes já limitado) pela assunção de conceitos, como habilidades e competências, foram as táticas utilizadas, no campo pedagógico, para dar contorno à estratégia privatista que se consolidou com a LDB e com os acordos internacionais com o Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento, propostos em encontros e documentos internacionais.

O fracasso escolar que já antecedia essas políticas, conhecidas como neoliberais, aprofunda-se nos anos 2000. O desmonte da educação pública, conseguida a quase universalização da Educação Fundamental com a diminuição proporcional dos gastos de décadas anteriores, pretende avançar mais um passo: servir como esteio para a transferência de capital do Estado para grupos capitalistas.

O Estado de São Paulo é exemplar nessa política. A “pedagogia” da repetência zero, aliada à superexploração do trabalho docente, permitiram um enxugamento de gastos com a educação estadual. No último ano (2009), por exemplo, a diminuição de gastos com a pasta da Educação foi de 361 milhões. Ao mesmo tempo em que o orçamento geral diminuiu, o tipo de repasse prioriza a transferência de capital para certos setores capitalistas.

Assim, vemos como nos últimos cinco anos houve um aumento significativo de compras de materiais “didáticos” e “paradidáticos”, cuja escolha não passou nem de perto pelas escolas e pelos professores. A Editora Abril, a mesma que publica a reacionária e pró-imperialista **Veja**, ganhou no primeiro semestre mais de 3 milhões só com a compra da “**Revista Atualidades – Guia do Estudante**” (material em torno do qual foram criadas 3 disciplinas de “Apoio Curricular”). Estima-se que mais de 80 milhões já foram gastos com publicações, jornais, revistas desde 2007, sem “licitação”, isto é, os valores “licitados” ultrapassam em muito essa marca.

Como a Educação pública não serve para formar mão de obra especializada, como ela não pode transmitir cultura e conhecimento, como não pode ser fonte para transformação social, que seja, sob a ótica da sociedade capitalista, fonte de circulação e transferência de capital. Reside aí sua “produtividade” contemporânea.

Mas tal diretriz para a educação pública, que tem o Estado de São Paulo como modelo, não é um particularidade da atrasada economia capitalista. Esses passos traçados, que vão da redefinição das “pedagogias” até o enxugamento dos gastos e manutenção do capital “educacional” tem como grande impulsionador as agências imperialistas. Banco Mundial, BIRD e

BID formulam as políticas e as impõe aos governos, em troca de algumas migalhas, as quais, por sua vez, não são repassadas para os setores envolvidos mas para os grupos capitalistas em torno deles.

## Mais um exemplo de intervenção

Com o pomposo nome de “Multiplicando Saber”, a Secretaria de Educação de São Paulo lançou mais um programa com a chancela do BID e de uma fundação privada (FIPE), no qual se pretende dar aulas de reforço de matemática para alunos dos 6º e 7º anos do Ensino Fundamental.

Segundo o governo, o programa serviria para melhorar os índices na área de matemática, que só têm regredido nos últimos anos. O que diferencia esse projeto de outros é que aparece a figura do “tutor”, um aluno do 2º ou 3º ano do Ensino Médio, que ficaria responsável por dar as “aulas”. Este receberia por mês uma bolsa de R\$ 115,00. Por outro lado, o aluno que frequentasse as aulas (inicialmente o governo estipulou 1200 alunos de 243 escolas pelo estado) receberia um “vale-presente” de R\$ 50,00, para gastar com livros e materiais.

A afronta do governo é tamanha que alguns professores já ameaçam não mais dar aulas de reforço (HTRR), caso isso se concretize. Isso porque, primeiro, o governo despreza e chama de incompetentes os professores da área; segundo, o governo pretende comprar os alunos pobres oferecendo migalhas para que aceitem o programa; terceiro, porque substituiu o trabalho docente por mão de obra barata e desqualificada e, quarto, porque explora essa mão-de-obra, pagando-lhe uma bolsa miserável.

A figura do tutor utilizada aí pelo governo lembra as tutorias que ocorrem nos cursos a distância, cujo professor é substituído por alguém com menor qualificação e menor salário. Por detrás do projeto piloto, está a legitimação da desqualificação do trabalho docente e a parceria do governo estadual com organizações privadas e mesmo imperialistas, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

A ausência de organizações estudantis independentes e armadas por um programa socialista e revolucionário impede que se faça um grande boicote a esse programa. Os estudantes comparecem passivos diante de mais essa investida contra a educação e contra a sua força de trabalho, já tão precocemente destruída.

Embora o programa esteja temporariamente suspenso em virtude das polêmicas que suscitou e que poderiam desgastar o governo em período eleitoral, é necessário que todos os professores façam um campanha contra sua implementação, que representa intervenção e desvalorização de seu trabalho e, com certeza, redundará em mais incentivo às empresas privadas (através de compra de materiais “específicos” para o projeto). Defender a força de trabalho e formação dos trabalhadores da educação passa também por defender a educação pública e a força de trabalho da juventude.

**Rondônia**

## Posição da Corrente Proletária na Educação: Retomar e fortalecer a luta

No dia 19 de julho, o Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Estado de Rondônia (Sintero) aprovou o dia “D” de luta. Muito bem! Todos presentes no dia “D”, para se manifestar contra a tirania imposta sobre os trabalhadores. Isso depois que a burocracia petista, que dirige o Sintero, decretou o fim da greve, que tinha tudo para ser vitoriosa. Como dizem os trabalhadores: “puseram água na fervura”.

Esse dia “D” deve ser de retomada da luta, para que o restante do acordo pendente seja imediatamente cumprido. O governo fingiu de morto depois que a greve foi suspensa. Conclusão: os trabalhadores foram embromados mais uma vez. Esta é uma lição que não deve ser esquecida: não devemos suspender a greve e confiar nos acordos.

**Sem luta e sem disposição de paralisar, o governo não cederá. E qual é a tarefa agora?**

É organizar o movimento, mobili-

zando todas as escolas com vistas à paralisação, que deve se converter numa forte greve para exigir o cumprimento dos precatórios, enquadramento dos professores pela data de admissão e a transposição dos servidores.

Só com um dia “D” para cobrar de Cahulla o restante do acordo não surtirá efeito. Os trabalhadores têm de ganhar as ruas e as escolas devem estar paralisadas. É preciso retomar a greve.

O governo e a direção do sindicato dirão que estamos em período eleitoral. E os trabalhadores devem responder: dane-se a eleição! Eleição não põe comida na mesa! *Ignoremos o circo eleitoral e vamos à greve!* Nada de acreditar nos politiquinhos que usam a luta como trampolim eleitoral e cabide de emprego.

Nossa força está na unidade e nas grandes manifestações.

### Resultado do “DIA D”

A burocracia manobrou, como de costume, e o dia “D” foi transformado

no palavreado oco de ‘estado de mobilização’. Discursaram em favor da realização de assembléias, para a avaliação das negociações com o governo. Mas nada foi encaminhado para que as escolas sejam paralisadas. Trata-se de assembléias dos burocratas sem a presença dos trabalhadores. Esse é o caminho da derrota.

Os trabalhadores em educação devem rechaçar esse caminho. O “estado de mobilização” é a via do imobilismo, de quem não quer mobilizar efetivamente para enfrentar o governo.

A Corrente Proletária chama os trabalhadores a rechaçarem a política da burocracia do sindicato e a defenderem os métodos próprios dos explorados para se obter as reivindicações. Não há melhor caminho senão a retomada da greve. A omissão dos trabalhadores favorece a burocracia e o governo. A indignação não resolve. É preciso atuar com a política de classe, que é a dos trabalhadores.

## Judiciário/SP

### Greve vai a 120 dias

No Jornal Massas anterior, acompanhamos os principais fatos ocorridos nas últimas assembléias até os 99 dias. Paramos na assembléia de 28/07, onde denunciávamos que as associações estavam arrastando o movimento grevista para as ilusões parlamentares em função de que o Tribunal ainda não havia apresentado nenhuma contraproposta às reivindicações da categoria. Ou seja, propuseram participar de uma audiência pública na Assembléia Legislativa no dia 04/08 e fazer uma “grande manifestação em Brasília” para protestar contra o Tribunal. Como complemento à primeira proposta, propuseram que a próxima assembléia deveria ser realizada também na Assembléia Legislativa, antes da referida audiência pública. Para garantir a aprovação das propostas, manobram para não deixar que ninguém defendesse contra. Contaram

ainda com a ajuda dos deputados que se dizem “apoiadores do movimento”. Todos eles discursaram no sentido de alimentar as ilusões de que um desfecho da greve favorável aos trabalhadores poderia vir do parlamento burguês. Foi dito que “convocaram todos os deputados para a audiência do dia 04/08”, que, “protocolaram um pedido de audiência no CNJ e estão esperando a resposta”, que “se não há verba, vamos pressionar a Assembléia Legislativa”, que “é duro ver a omissão da Assembléia Legislativa” e “vamos a Brasília furar o bloqueio do Tribunal por cima”, para concluir que “é bom lembrar que esse ano é ano eleitoral”.

A corrente denunciou colocando a necessidade de retomar os métodos de radicalização da greve através das ocupações de prédios públicos, blo-

queios de ruas e avenidas escrevendo: “Como vimos, após três meses de greve, a saída apresentada pelas direções para se contrapor à intransigência do Tribunal, que ainda não foi quebrada, se resume em correr atrás dos deputados na Assembléia Legislativa para que assinem o requerimento de instalação de uma “CPI no judiciário”. Querem nos fazer acreditar que a “caixa preta” do judiciário pode ser aberta em “audiências públicas” e outras medidas parlamentares. Nada mais falso. Essa via é a via da derrota. Na verdade, trata-se de desviar o movimento dos métodos que realmente podem potencializar a greve, que se chocam abertamente com a intransigência patronal. Entendemos que somente a retomada da radicalização da greve poderá reverter os rumos do movimento e levá-lo à vitória.”

## **Direções da greve deixam nas mãos dos deputados que se dizem “apoiadores do movimento” a tarefa de fazer um “acordo” com o Tribunal/governo para acabar com a greve**

Na assembléia de 04/08, realizada na Assembléia Legislativa e que contou com a presença de aproximadamente mil manifestantes, a categoria decidiu manter a greve e realizar uma nova assembléia no dia 11/08. Logo após, os grevistas assistiram a uma “audiência pública”, conforme foi deliberado na assembléia anterior. Nessa audiência, tirou-se que uma comissão de deputados iria se reunir com o presidente do TJ para tratar da greve. Essa reunião ocorreu no dia 06/08. Segundo informaram as direções da greve, ficou acertado que a comissão de deputados e o TJ iriam “juntar todos os esforços junto ao governo do estado para a suplementação de verba para o pagamento da reposição salarial deste ano”, ou seja, a reposição inflacionária de 4,77%, mediante gratificação”. Informaram também que o TJ “acenuou com a possibilidade de rever os descontos em folha trocando os dias não pagos por mutirões ou outra modalidade de reposição” como horas credoras, férias, licença prêmio etc. e que o presidente do TJ “também disse que devolveria o dinheiro que não foi pago aos funcionários dos fóruns”. Como vimos, as direções da greve deixaram nas mãos dos deputados que se dizem “apoiadores do movimento” a tarefa de fazer um “acordo” com o Tribunal/governo para acabar com a greve. Observa-se também que as reivindicações da categoria de reajuste salarial de 20,16%, e outros itens, foram simplesmente deixadas de lado. As “negociações” estão girando apenas em torno da promessa do próprio tribunal de “enviar um projetos de Lei à Assembléia Legislativa de 4,77%, desde que haja a necessária suplementação de verba por parte do governo do estado” e dos descontos dos dias parados. A reivindicação de reposição imediata de 20,16% foi substituída por outra promessa : inclusão desse percentual no orçamento de 2011. A corrente atuou denunciando que ao invés de potenciar a greve em seus momentos mais decisivos para alcançar a vitória, as direções estavam tentando armar o seu desmonte “por cima”, via legislativo.

## **TJ enrola novamente e não apresenta nenhuma contraproposta ao movimento grevista**

Na assembléia de 11/08, as direções informaram que a comissão de negociação estava reunida com os representantes do Tribunal para tentar fechar o “acordo” que, segundo as associações, foi proposto pelo presidente do Tribunal aos deputados “apoiadores do movimento”, ou seja: 1 - a reposição inflacionária de 4,77%, mediante gratificação...; 2 - a cessação dos descontos mediante mutirão e/ou... Entretanto, tudo não passou de enrolação. Não havia nenhuma contraproposta. Novamente o tribunal alegou que não tinha dinheiro e que dependia de liberação de verba suplementar do governo, mas que não tinha nenhuma reunião marcada para tratar do assunto. Na verdade, o TJ fez demagogia quando disse aos deputados que iria “fazer todos os esforços junto ao governo para a suplementação de verba para a reposição salarial da categoria”. Os fatos demonstraram que o TJ continua cumprindo a política governamental de arrocho salarial e com seu objetivo de derrotar a greve sem ter de ceder minimamente às reivindicações.

## **Após desmentir os números do TJ, as direções apresentaram suas propostas para a continuidade da greve**

Diante da alegação do tribunal de que precisaria de uma verba suplementar de 160 milhões para a reposição inflacionária de 4,77%, os representantes das associações decidiram contestar esses números. Para tanto, suspenderam a assembléia da categoria por várias horas para provar para o Tribunal que bastaria menos da metade desse montante para a referida reposição. Foi dito que “não custa atrasar um pouco a viagem de volta”, e “estamos resolvendo as questões que estamos esperando”, “estamos mostrando para o Tribunal os números”, que “pela primeira vez está sendo demonstrado que estão discutindo os números”, que “os números deles estão errados”, “tivemos a capacidade de demonstrar que as nossas contas estão corretas”, “que o tribunal está acuado” e “sendo obrigado a abrir o orçamento”.

Depois de várias horas de reunião, o Tribunal reconheceu que seus cálculos estavam errados sobre o montante necessário para fazer a reposição da inflação,

conforme comprovaram os representantes das associações, mesmo assim declarou que não poderia fazê-lo, pois depende de uma reunião com o governador.

Diante disso, as direções da greve reclamaram e defenderam a continuidade da greve dizendo que “temos de fazer um esforço para estar aqui na semana que vem”, pois “estamos tratando com um presidente incompetente”, “irresponsáveis, ladrões, covardes”, “que é muita falta de vergonha na cara”, pois é “um absurdo tendo a possibilidade de resolver a greve, ainda quer tirar uma casquinha”, e “querem buscar mais dinheiro do que precisamos”. Após a aprovação da continuidade da greve e a realização de uma nova assembléia no dia 18/08, as direções apresentaram as seguintes propostas para o movimento: 1 - voltar à Brasília, caso o CNJ não tome uma atitude diante da postura do Tribunal, 2 - todas as entidades vão colocar nos sites que o TJ dizia que precisava de 160 milhões para a reposição salarial, quando na verdade é só 60.

Novamente denunciemos que, apesar das lamentações e chingamentos, as direções continuam impondo ao movimento grevista uma condução passiva, através da aprovação de propostas inócuas, que não representam nenhum obstáculo aos objetivos do TJ/governo de derrotar a greve sem ter de ceder em nada e que era preciso mudar o rumo da greve através de ações massivas, ocupar ruas, avenidas etc.

## **Assembléia de 18/08**

Nesta assembléia, novamente entraram em cena os deputados para dizer que “finalmente há uma comunhão de interesses”, que “há discussão sobre o reajuste”, pois o TJ iria se reunir com o governador naquele mesmo dia para tratar do pedido de 60 milhões para o reajuste” e que, “independentemente de qualquer situação, continuem a pressionar a Assembléia Legislativa, pois só 23 deputados assinaram o requerimento de instalação da CPI”. Após os vários discursos eleitores, a direção da greve completou o informe : “o fato é que o governador só marcou a reunião para às 16h e que logo em seguida haveria uma outra reunião da comissão de negociação com os desembarcadores”. Diante disso, novamente propuseram a suspensão da assembléia dizendo que “seria muito importante que todos fi-

cassem na praça” e que “estão fazendo um pedido”, que “mais importante do que participar da reunião era ficar na praça”, pois “há um chamamento para negociar”, afinal “foi provado que tem dinheiro sobrando”. Quando a assembléia foi retomada no início da noite, disseram que “a negociação com o governo foi infrutífera”, “que o governo desmontou todos os argumentos

do presidente do Tribunal”, e “quem atendeu o presidente não foi o governador, foi o secretário Marrey” e concluíram que “o presidente é incompetente” e por isso “tem de tirar esse homem da presidência”. Para completar, informaram que um desembargador apresentou uma nova promessa: queria saber o que a comissão de negociação achava se o presidente antecipasse

uma parte do duodécimo para o reajuste de 4,77% apenas para os quatro últimos meses, com início do pagamento em outubro. Resposta da comissão: “transforme essas palavras em proposta”.

A continuidade da greve foi aprovada por unanimidade e a realização de mais assembléia no dia 25/08, ocasião em que a greve completa 120 dias.

## Bancários - Campanha Salarial 2010

Com a entrega no último dia 11/08 da pauta de reivindicação, na Federação Nacional dos Bancos (Fenaban), teve início a campanha salarial nacional dos bancários de 2010. A pauta de reivindicação entregue surgiu na 12ª Conferência Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro, realizada nos dias 23 a 25 de junho no Rio de Janeiro pela CONTRAF. Essa conferência reuniu federações e sindicatos vinculados à CUT, CTB, UGT e Intersindical.

Na pauta, estão contidas as cláusulas econômicas da campanha salarial dos bancários 2010 que são: o índice de reajuste de 11% e a Participação nos Lucros e Resultados (PLR) de três salários + uma parte fixa de R\$ 4.000,00 para todos os bancários. A direção da CONTRAF e seus aliados propagam que com esse índice de reajuste os bancários terão a reposição da inflação (INPC previsto pelo DIEESE é de 5,53%) mais um ganho real (5,47%). Isto é uma migalha, pois os bancos registram somente neste ano uma elevação média do lucro de 26%! Além disso, deliberadamente, esqueceram as perdas dos bancários sofridas na era do presidente Fernando Henrique Cardoso.

A primeira rodada de negociações será realizada na semana do dia 23/08. Os bancários mais calejados sabem que a campanha salarial em ano eleitoral segue o ritmo das conveniências das direções das centrais sindicais. Corremos o risco da burocracia sindical (CONTRAF e seus aliados) arrastar essas negociações até depois das eleições deste ano. Isto tudo para não prejudicar o governo Lula/PT e a sua candidata. Haja vista que a burocracia sindical, reunida na Conferência Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro, declarou apoio à candidatura de Dilma Rousseff a presidente da República. Uma parcela dos bancários sabe que essas direções sindicais e seus “mágicos” (candidatos), que prometem reformar e acabar com as chagas do capitalismo hoje será seus algozes amanhã.

Como arremate ao espetáculo de falaciosas propagandas nesse prelúdio da campanha salarial dos bancários, a burocracia sindical lança como tema da campanha: “Outro banco é preciso: pessoas em primeiro lugar”. Como isso fosse possível no capitalismo! Querem pintar o capital financeiro de cores humanas.

### Oposição Bancária

O movimento de oposição bancária liderada pelo PSTU realizou nos dias 24 e 25 de junho o seu encontro nacional no Rio de Janeiro. Esse movimento não conseguiu reunir em torno a si uma parcela significativa da categoria.

Em anos anteriores essa oposição bancária colocava-se contra a mesa única de negociação, neste ano inovou e não fez essa declaração. Mas apresentaram, em sua pauta de reivindicações, índices diferenciados para os bancos privados, para o Banco do Brasil e para Caixa Econômica Federal. Na prática, esses índices diferenciados se colocam contra a mesa única de negociação, o que fragmenta a categoria diante dos banqueiros e das direções dos bancos.

### Nossa Posição

Temos dois fatos que poderão potencializar a luta dos bancários. O primeiro é a reestruturação na Caixa Econômica Federal e elaboração do Plano de Funções e Gratificações (PFG) que atingiu 52% dos funcionários do banco. O segundo é o Plano de Cargo e Salários do Banco do Brasil que foi prometido pela direção do banco na campanha salarial do ano passado e que se constituiu na época como um fator decisivo para que os bancários do Banco do Brasil encerrassem a sua participação na greve nacional dos bancários do ano passado, que até o momento nem ao menos foi elaborado. Diante desse cenário, fazemos um chamado a todos os bancários para necessidade da formação de uma fração revolucionária dentro dos nossos sindicatos, para que assim possamos organizar a luta dos bancários e derrotar a burocracia sindical, os banqueiros e as direções dos bancos.

Para dar um basta na política entreguista da direção da CONTRAF e de seus aliados, devemos construir um novo comando apoiado nos métodos das decisões coletivas das assembléias gerais e na democracia sindical. Pois as vitórias dos banqueiros e das direções dos bancos (Caixa, BB, etc.), nos últimos anos, residiram na fragmentação da greve e na formação de um comando nacional baseado em acordos burocráticos das direções dos sindicatos e das centrais sindicais.

Podemos reverter esse quadro somente através da nossa organização. Quando atuamos de forma organizada (fração revolucionária), podemos expressar nossas idéias para o conjunto da categoria e aglutinar pessoas que têm o interesse de romper com o comportamento burocrático deste comando nacional. Não atuar nas assembléias significa abandonar os bancários à influência dessa direção reacionária da CONTRAF.

A CONTRAF é instrumento de luta, construído pelos bancários e não pode ficar na mão dessa burocracia que há muito se instalou em sua direção. Por isso devemos impulsionar a formação de uma fração de oposição dentro dos nossos sindicatos, para que possamos resgatar esse nosso instrumento de luta das mãos da burocracia sindical que vêm levando a nossa categoria a sucessivas perdas salariais.

Devemos exigir que o comando nacional e todos os sindicatos convoquem paralisações nos dias das negociações! Quem deve estabelecer o índice de reajuste da categoria são os bancários reunidos em assembléia de base e não as pesquisas da burocracia. Temos de responder às ineficiências da direção CONTRAF com a nossa organização.

- Por um índice que contemple a reposição integral de nossas perdas salariais!
- Aumento imediato do piso salarial da categoria!
- Redução imediata da jornada dos bancários para seis horas sem redução salarial!

# Campanha Salarial Metalúrgica promete luta

A indústria metalúrgica obteve alta lucratividade. A produção e a venda cresceram enormemente. As montadoras estão com os cofres abarrotados. As multinacionais enviaram bilhões de dólares para suas matrizes externas. O apoio do governo Lula aos empresários ajudou os capitalistas a ganharem mais. E os operários como ficam? Como estão os salários? Como está o ritmo da produção? Todo mundo sente na carne que trabalhou muito e os salários continuaram baixos.

Está aí a campanha salarial para responder à exploração patronal. Milhares de metalúrgicos do Estado de São Paulo poderão sair em luta. Tudo depende da disposição dos sindicatos da CUT, Força Sindical, Conlutas, Intersindical e CGTB em unificar os operários em um só movimento.

## Por uma campanha salarial unificada?

Taubaté

O Sindicato Metalúrgico de Taubaté reuniu representantes das Comissões de Fábrica da Ford, da Volks, CIPAS e CSEs. Aprovou-se a reivindicação de aumento real dos salários e licença-maternidade de 180 dias.

ABC

Aqui no ABC, o sindicato começou a fazer assembleias por fábrica. Os dirigentes dizem que é possível conquistar um bom acordo com a participação dos operários. As negociações entre a Federação Estadual da CUT e os patrões já começaram. Reuniões foram feitas com os capitalistas do Grupo 3 (autopeças etc) e Grupo 8 (laminação etc). A diretoria afirmou a reivindicação de aumento real, ou seja, reposição da inflação mais aumento. Falta os sindicatos mostrarem aos metalúrgicos quanto tem sido as perdas nos últimos anos e qual é o índice de aumento real.

São Caetano, São José dos Campos etc

Os metalúrgicos de São Caetano, Tatui, Santos, Limeira, São José

## Eletricitários às escuras

# Como anda nossa campanha salarial?

A campanha salarial dos eletricitários se iniciou em maio com a entrega da pauta de reivindicações pela direção do sindicato. Para nós trabalhadores, uma campanha salarial é de vital importância, pois é um momento privilegiado que temos para lutar pela melhoria das condições de vida de nossas famílias. Por isso, seria o momento de engajar todos os eletricitários na luta através de assembleias fortes e combativas que decidiriam qual a pauta de reivindicações seria entregue à patronal.

Mas não foi isso que aconteceu. A diretoria do sindicato mais uma vez formulou uma pauta sem a discussão com a categoria. Não colocou o índice a ser reivindicado para corrigir nossos salários, muito menos exigiu um índice de aumento real, nem procurou discutir sobre o miserável piso salarial de apenas R\$ 834,00, que não atinge as necessidades reais de nossas famílias.

Até o presente momento, nossa categoria está às escuras, sem saber o que está sendo negociado. Nas bases, os trabalhadores perguntam: Cadê a campanha salarial? Cadê o índice? Cadê o aumento real? Será que mais uma vez vão nos enrolar um adiantamento da PLR como fizeram no ano passado?

Enquanto isso, a AES Eletropaulo, vendo a imobilidade da classe, retoma a terceirização de vários setores, como por exemplo a construção e manutenção de redes aéreas, o TMA, o CDS. Isso gera grandes incertezas nos trabalhadores. No TMA (que são as turmas de emergência, que fazem

dos Campos, São Carlos e Campinas, representados por sindicatos vinculados à Força Sindical, Conlutas, Intersindical e CGTB, decidiram unificar a campanha. Aprovaram as reivindicações: 17,45% de aumento salarial, piso salarial calculado pelo Dieese, redução da jornada para 36 horas, sem redução salarial e sem banco de horas, licença-maternidade etc.

## Superar a divisão sindical

Está faltando os sindicatos da CUT se unirem aos demais para aumentar a capacidade de luta e sair vitoriosos na campanha salarial. Com uma só campanha: unificar as reivindicações e exigir negociações únicas. As divisões em grupos somente favorecem os patrões. Os metalúrgicos são uma importante fração da classe operária brasileira. Suas conquistas trabalhistas e seus exemplos de luta servem a todos os explorados. Não unificar a classe operária em defesa de suas vidas é um crime. É traição! Vamos exigir a unidade na luta.

## Formar um comitê unificado

Os sindicatos da CUT, Força Sindical, Conlutas etc devem formar um comitê de campanha, com participação de operários eleitos na assembleia geral. Que todos os sindicatos convoquem assembleias gerais para unificar as reivindicações e o método da luta direta.

## É preciso preparar a greve unificada

Os patrões não oferecerão senão migalhas. Por isso, uma verdadeira campanha salarial deve prepara-se para a greve. As assembleias devem discutir se deve ser decretada. A greve é o instrumento mais coletivo e valioso para nós trabalhadores exigir as reivindicações. Se os patrões souberem que não estamos dispostos a ir à luta de massa, então, não darão a mínima.

Toda a força à campanha unificada!

atendimento de ocorrências 24 horas por dia) a situação é mais grave, pois a empresa está colocando trabalhadores com pouco conhecimento profissional para trabalharem com a rede energizada, isto além de serem terceirizados e receberem equipamentos inadequados ao trabalho.

## Unificar a Campanha Salarial

Um dos principais problemas que vemos nesta campanha salarial é o isolamento que vem sendo feito. As negociações estão sendo feitas por empresa, o que debilita nossa luta. Não se têm assembleias unificadas. E os companheiros não sabem como as negociações vêm se dando nas outras empresas.

Para as empresas isto é uma mão na roda, pois podem aplicar todas as formas de intimidação para que os companheiros não se organizem para lutar por seus direitos.

Uma campanha conjunta de todas as empresas da base é uma necessidade para enfrentar a patronal. Vimos categorias como os trabalhadores do judiciário paulista que estão há 100 dias em greve para fazer o governo aceitar suas reivindicações, e vejam que é uma categoria estadual. Mesmo entre os eletricitários os trabalhadores de algumas empresas do interior, como os da CESP, entraram em greve.

Por isto existe a necessidade de discutir na categoria a unificação destas campanhas por empresa. Não podemos desperdiçar nossa força nos dividindo.

# Reorganização do Partido Comunista Brasileiro (PCB) - parte 2

Continuamos a crítica programática ao PCB, iniciada no jornal *Massas* anterior, em que começamos a análise do X Congresso, de março de 1993. Percorremos os capítulos 1 e 2, que respectivamente tratam da crise estrutural do capitalismo e do esfacelamento da União Soviética. A resolução do X Congresso está dividida em sete partes: 1. O mundo de hoje – O capitalismo; 2. O mundo de hoje – O socialismo; 3. Sobre o Brasil; 4. Sobre o partido; 5. Sobre o programa; 6. Sobre a estratégia; 7. Sobre a tática.

A essência da resolução sobre o Brasil está em reconhecer que o País não conseguiu desenvolver “um projeto nacional”, o que comprova a “incapacidade da burguesia nacional liderar a luta anti-imperialista, tarefa esta que caberá às forças populares, assim entendida a classe operária, os trabalhadores do campo, camadas médias ( ), a pequena burguesia, etc. O PCB reorganizado objetiva, assim, livrar-se da velha tese do estalinismo de que cabia à burguesia nacional realizar a revolução democrática e popular, conquistando a independência e soberania frente ao imperialismo. Ao proletariado e camponeses caberiam coadjuvar, apoiando a burguesia dita progressista, em uma frente antilatifundiária, antimonopolista e anti-imperialista. A revolução democrática e o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas prepararia as condições para a revolução socialista, em um futuro indeterminado.

A Resolução do X Congresso não retoma as teses estalinistas da revolução por etapas, com a qual condenou a teoria da revolução permanente de Trotsky, e as analisam, com critérios marxistas. Procura tão-somente dar a entender que houve erro de análise sobre o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. A industrialização tardia se deu numa “aliança envolvendo o capital nacional e internacional”, a partir de 1930 e principalmente de 1938 a 1980, período em que se verifica uma extraordinária expansão.

Espera-se que, em seguida, se tire as conclusões sobre que tipo de revolução é possível e qual é a mecânica das classes. Constata que há no País “uma guerra civil não declarada”. Passa a descrever os acontecimentos políticos do período da ditadura militar. Critica superficialmente os erros da “luta armada” contra a ditadura, sem se referir às teses da via pacífica do V Congresso do PCB. Mas não foi preciso escondê-la: a Resolução faz apologia da redemocratização pela via uma frente ampla liderada pelos partidos da burguesia. E conclui: “(...) mesmo derrotada no Congresso a emenda das diretas, a força popular acumulada imporia e daria certa legitimidade à vitória, no Colégio Eleitoral, da candidatura civil de Tancredo Neves.”

Aqui está expressa a velha tese do PCB de apoiar as forças progressivas da burguesia, a elas se submetendo. O movimento democrático de massa foi subordinado ao Congresso da ditadura, embora já estivesse decrépito. O Colégio Eleitoral foi a solução negociada entre o governo militar e a oposição burguesa (MDB) para pôr fim ao movimento das massas e realizar uma transição pelo alto e pacífica. O movimento democrático de fim da ditadura foi estrangulado no Colégio Eleitoral. As massas caminhavam por derrubar o regime esgotado, que sob a direção da frente burguesa foi dissolvido. Os crimes da ditadura ficaram imunes de qualquer investigação. A Lei da Anistia protegeu os generais e os civis que

atuaram sob a proteção da ditadura. Até hoje, sob o governo Lula, os crimes do regime militar continuam acobertados e impunes. A transição realizada contou com apoio do imperialismo, portanto dos monopólios. Os movimentos democráticos dirigidos pelas forças burguesas são limitados e concluem como conservadores ou reacionários.

A Resolução separa o programa da análise do capitalismo mundial e nacional. Assim, encontramos os fios condutores nos capítulos seguintes, no que diz respeito à caracterização do país, à natureza da revolução e à tática/estratégia. Notamos que o PCB entende por programa uma lista de tarefas e não a exposição das leis da revolução, às quais se prendem as tarefas, a estratégia e a tática.

No capítulo 5, apresenta um breve enunciado sobre o socialismo: “É um programa que aponta para o objetivo de construção da sociedade socialista através de medidas, ações e movimentos que, por um lado, ataquem os obstáculos a esta construção e, por outro, propiciem a base material e social para os trabalhadores construir a sociedade socialista.” Enorme abstração, que continua na lista de quatro pontos programáticos que vem a seguir. Vejamos o primeiro que consta de quatro itens: a) liquidar a hegemonia do imperialismo; b) derrotar a hegemonia da burguesia e conquistar a hegemonia dos trabalhadores, visando a construir a transição para o socialismo; d) participação crescente dos trabalhadores na gestão do Estado; e) ampliação das conquistas democráticas.

O PCB não quer se identificar com o estalinismo, sem contudo poder fazê-lo, e se socorre de Gramsci. O conceito de hegemonia e contra-hegemonia é usado fartamente. Notamos que já não se utiliza o etapismo. Como dissemos, não por ter sido uma criação do estalinismo, cuja orientação para os países semicoloniais era de o partido comunista apoiar a suposta burguesia progressista rumo à revolução democrática. Assim, o PCB reestruturado encontra uma conexão entre a revolução democrática e socialista: “O processo revolucionário é democrático e socialista, com tarefas anti-imperialistas, antilatifundiárias e antimonopolistas.”

Torna-se mais difícil ao PCB se insurgir contra a teoria da revolução permanente, quanto à interdependência da revolução democrática e da revolução socialista. Mas há outros motivos para negá-la. Ocorre que não se pode separar a estratégia e a tática das teses da revolução permanente. E não se pode ludibriar o problema central da tomada do poder com conceitos do tipo construir a hegemonia.

O X Congresso entende que a conquista da hegemonia da classe operária virá por um bloco de forças, que lhe permitirá chegar ao poder. Não se refere à aliança operária e camponesa, mas “uma aliança que englobem partidos políticos progressistas, que são anti-imperialistas, democráticos e socialistas radicais.” Como se vê, a construção da hegemonia depende de uma aliança que inclua partidos burgueses (os progressistas). O que traz a questão: que governo constituirá tal “bloco progressista”? A Resolução responde: “O governo desse bloco, ao chegar ao poder, abre um período de transição para a construção de uma sociedade socialista, forjando a base material para a sua transformação.” O “programa” chega ao nó górdio: o governo de aliança com par-

tidos progressistas (burgueses) somente pode gerar um governo democrático burguês.

O PCB não explica como tal governo abrirá um período de transição para o socialismo. Aqui se omite o caráter de classe do governo e obscurece a natureza da aliança de classe. O etapismo que parecia abandonado na formulação do “processo revolucionário democrático e socialista” reaparece de contrabando, uma vez que se evita caracterizar sua natureza de classe.

O PCB afirma rejeitar a “via reformista evolutiva, que acredita só ser possível a revolução pela via pacífica”, e também “o doutrinário esquerdista que absolutiza a luta armada como a única via para a tomada do poder.” Essa formulação adentra à tática. Nos achamos diante do oportunismo deslavado. Nem a via pacífica, nem a luta armada. É como se tanto uma como outra possibilidade levasse à revolução, indistintamente. Conhece-se na história alguma revolução que não tenha resultado da luta de classe, portanto, da violência revolucionária? Nem mesmo as experiências da revolução russa, chinesa, cubana servem de materialidade para o PCB. Não se pode confundir a concepção pequeno-burguesa da luta armada, que se traduziu no foquismo, de trágica memória dos anos 60 e 70 na América Latina, com a da insurreição armada do proletariado.

Ocorre que o PCB está preso às raízes do estalinismo, que

no seu percurso foi do sectarismo ao oportunismo. O curso final de sua evolução é do oportunismo. Anotemos essas formulações: “O partido apóia o direito de rebelião das massas, (...) mesmo que esta reação assuma formas violentas e enérgicas.” “O partido, nestas circunstâncias, estará junto à revolta. “A ação política revolucionária do Partido não será instrumento de aventuras mas não recuará em face de crises insurreccionais.” O proletariado não precisa de “comunistas” que apoiem suas rebeliões, mas que as organizem. Não se trata de estar junto às revoltas, mas de potencializá-las contra a classe capitalista. É dispensável declarações do tipo “o partido não recuará em face de crises insurreccionais”. Os marxistas sempre serão instrumentos, com o programa da revolução e ditadura proletárias, com seus métodos e com sua organização, da luta do proletariado pelo poder e pela expropriação da burguesia. Estão sempre se preparando para a chegada da crise insurreccional. Objetivamente, os marxistas almejam a sua chegada, para que a classe operária exerça toda sua potência histórica, sem a qual não terá como levar o conjunto dos explorados a soterrar o capitalismo apodrecido.

Observação: no próximo número do jornal Massas, continuaremos a análise da reestruturação do PCB, estudando o XIV Congresso.

## Nesta edição:

- 70 anos do assassinato de Leon Trotsky – Viva a IV Internacional!
- Mineiros de Huanuni Alertas e Preparados para a Luta



## 70 anos do assassinato de Leon Trotsky – Viva a IV Internacional!

Na noite de 24 de maio de 1940, os seguranças de Trotsky foram dominados por um grupo armado, a casa invadida, incendiada por bombas e o quarto do revolucionário metralhado. Não foi desta vez que se concretizou o plano de Josef Stálin de assassinar um dos últimos dirigentes da velha geração do partido bolchevique. Em 20 de agosto, o agente infiltrado, Ramón Mercader, golpeou o cérebro de Trotsky com uma picareta de alpinista, quando este corrigia um texto. No dia seguinte, veio a falecer.

O processo de Moscou de 1936 a 1937 havia se encarregado de encarcerar e fuzilar os mais destacados companheiros de Lênin, como Kamenev, Bukárin e Zinoviev, sob falsas acusações de contrarrevolucionários, trotskistas etc. Centenas de adeptos da Oposição de Esquerda Russa foram liquidados em nome do perigoso trotskismo. Em 1940, restava vivo e organizando as forças da IV Internacional, fundada em setembro de 1938, León Trotsky. A brutal perseguição não só não havia quebrado o seu vigor revolucionário como o potenciado.

A burocracia totalitária comandada por Stálin se especializou em montar farsas, espalhar mentiras, denegrir e vilipendiar. A mais grave tentativa de assassinato não teve apuração devida, embora todos soubessem que os responsáveis eram a KGB e membros do Partido Comunista do México. O ataque terrorista de 24 de maio acabou por tornar a vítima em culpado. A imprensa a soldo plantou a versão de que Trotsky encenou um auto-atentado. As investigações foram desviadas para acobertar a polícia secreta da burocracia estalinista.

Em 8 de junho, Trotsky publicou uma extensa declaração “Stálin quer minha morte”. O texto descreve o acontecido, desmascara a farsa do auto-atentado, analisa a trajetória da perseguição sofrida desde sua expulsão da União Soviética em 1929, relata as mortes de familiares, amigos, secretários e militantes da Oposição Internacional de Esquerda e apresenta as razões políticas de Stálin planejar sua morte no México. Os fatos do atentado, a campanha internacional de difamação do Kremlin/GPU e os acontecimentos envolvendo o Parti-

do Comunista Mexicano não deixavam dúvidas de que o atentado foi obra de Stálin. A declaração “Stálin quer minha morte” foi um último combate do revolucionário, que confinado em Coyoacan, impedido de ir para qualquer outro país por não admitirem a sua presença, não tinha outra arma senão a defesa escrita e a confiança na classe operária mundial.

A ditadura do proletariado degenerada pela burocracia estalinista foi colocada a serviço da feroz perseguição de Trotsky, que o banuiu e o caçou por onde se encontrava. Da Turquia para França, da França para a Noruega, Stálin obtinha a expulsão do inimigo número um. Até que nenhum governo aceitasse conceder-lhe exílio, a não ser o governo nacionalista de Cárdenas do México. De um lado, a persistente caça de Trotsky pela polícia política de Stálin e, de outro, a negação do exercício democrático elementar do exílio. Ocorre que se tratava de um dos arquitetos da Revolução Russa, ao lado de Lênin, um dos criadores do Exército Vermelho, um dos pilares da III Internacional e grande teórico do marxismo.

Como poderia Stálin acusá-lo de agente do imperialismo? A máquina do Estado Operário, controlado e deformado pela burocracia restauracionista, foi movimentada para denegrir no mundo todo um dos mais dedicados marxistas à causa da emancipação do proletariado e da construção da sociedade sem classe – o comunismo. Os PCs passaram por uma catequização estalinista contra o perigo trotskista e por cima deles atuava a KGB. O PC de Toledano chegou a organizar manifestações pela expulsão de Trotsky do México. Diante da impossibilidade de evitar que o exilado organizasse a Oposição de Esquerda Internacional, de impedir que sua pena continuasse a trabalhar pela revolução mundial, que seus escritos atacassem a política nacionalista da burocracia soviética e, sobretudo, que Trotsky organizasse a IV Internacional, só restava a Stálin preparar sua morte.

A constituição de uma fração revisionista do internacionalismo no seio do partido bolchevique se deu frente às tarefas de organizar a economia de transição, de fortalecer o controle da classe operária sobre a produção, de impossibilitar o fortalecimento das tendências pró-capitalistas entre os camponeses e camadas urbanas pequeno-burguesas, bem como combater as pressões do imperialismo. O estalinismo dará expressão justamente às bases sociais da restauração.

Era natural que a condução da política do Estado operário suscitasse divergências e duros embates no seio do partido. Para conduzi-los e manter a unidade revolucionária dos bolcheviques, era necessária a existência da democracia proletária, emanada desde a organização das bases soviéticas e do funcionamento centralista democrático do partido. Tomadas as experiências internas e a luta de classes internacional, sobre a base da crítica e autocrítica, o partido organizaria a nova vanguarda proletária – boa parte da velha geração havia perecido na guerra – e projetaria a luta revolucionária mundial, apoiando-se na III Internacional.

Lênin já havia reconhecido os perigos da burocratização e dos desvios da política traçada pelo bolchevismo, principalmente desde 1923, quando foi acometido pela doença e teve de se afastar como secretário geral do partido. As divergências de Trotsky com Stálin, que envolvia os principais dirigentes, em torno da industrialização e da relação com os camponeses ganham corpo já em 1924, quando Lênin está inteiramente impossibilitado e morre. A burocracia estatal e partidária se transforma de servidora do Estado operário em seu dirigente. Assenta-se em camadas sociais avessas ao progresso da propriedade coletiva e ligadas às heranças capitalistas. Stálin se desponha como homem do aparato, que dará expressão às tendências

retrogradadas. Instala-se o Termidor nas entranhas da revolução proletária. Desencadeia-se uma perseguição implacável contra o “trotskismo”. Trotsky é acusado de fracionar o partido. Recorre-se a velhas divergências com Lênin, superadas pelos acontecimentos. Ataca-se a teoria da revolução permanente, para a qual Trotsky recorreu à revolução de 1905 na Rússia e aos fundamentos de Marx. Stálin e seus sequazes a reapresentam com uma versão menchevique, tornando-a uma caricatura.

Em 1924, quatro meses depois da morte de Lênin, Trotsky é destituído do cargo de Comissário do Povo para a Guerra. Em 1925, a burocracia estalinista o proíbe de falar em público. Em janeiro de 1928, é preso e desterrado para Alma-Ata, no Turquestão. Assassinar-lo em terras soviéticas seria temerário. E mantê-lo preso também poderia potencializar a Oposição, ainda que desestruturada e acuada pela feroz perseguição policial. A solução foi bani-lo, objetivando neutralizá-lo e desmoralizá-lo. Mas Trotsky formou a personalidade revolucionária nas prisões do czarismo – isso desde os dezoito anos -, no exílio e na frente de luta, participando dos soviets em 1905 e liderando a insurreição proletária a partir da presidência do Soviet de Petrogrado. Mas, sobretudo, seu espírito revolucionário estava imbuído do socialismo científico, programa marxista e do método do materialismo histórico. Foram essas qualidades que o colocaram à altura de Lênin e o distinguiram na luta contra a degenerescência do partido bolchevique.

Desgraçadamente, homens como Bukarin, Kamenev, Zinoviev e Radeck auxiliaram a ascensão de Stálin e acabaram como suas vítimas nos processos de Moscou.

Até 1933, a Oposição de Esquerda Internacional se orientou como fração expulsa da III Internacional. Trabalhou por sua recuperação e pela derrota do estalinismo. A ascensão de Hitler e a confirmação da política sectária do Partido Comunista Alemão, que se negou a constituir uma frente única com a social-democracia contra o nacional-socialismo hitlerista, convenceu Trotsky de que a degeneração da III Internacional havia se completado. Estava colocada a tarefa de constituir uma nova internacional. A ditadura burocrática de Stálin teria de ser derrubada por uma revolução política na União Soviética. Única forma de se restabelecer a ditadura proletária sobre bases originais da organização soviética, combater as tendências restauracionistas e avançar a construção do socialismo. Evidenciava-se cada vez mais que as forças produtivas coletivizadas pela revolução seriam confinadas, retardadas e finalmente bloqueadas, o que daria lugar à restauração.

Em fins de 1924, Stálin formulara a tese do “socialismo em um só país”, refletindo o isolamento do Estado operário e as pressões das camadas não proletárias. Apresentada como tese leninista, realizava-se uma revisão do internacionalismo marxista e edificava-se o nacionalismo estalinista. Essa linha foi implantada na III Internacional e teve graves conseqüências. Uma delas foi a de subordinar os partidos comunistas ao nacionalismo burguês nos países semicoloniais. O acontecimento mais dramático logo após a formulação da “teoria” do “socialismo em um só país” foi a subordinação do Partido Comunista Chinês ao Kuomintang nacionalista, que resultou em destruição de sua vanguarda. O conflito em torno da revolução na China indicou com precisão as diferenças mortais entre as posições de Trotsky e de Stálin. Mesmo assim, a experiência com o estalinismo somente iria se esgotar com a política de prostração da III Internacional frente à ofensiva do nazifascismo.

A crise de 1929 abria um período de grande turbulência. O fascismo era uma de suas manifestações. Expressava a reação em toda linha, voltada a destruir forças produtivas, ou seja, a reação dos mo-



nopólios e trustes diante do esgotamento da partilha do mundo na 1ª Guerra e das tendências revolucionárias do proletariado. Uma das tarefas fundamentais da Oposição de Esquerda Internacional foi a de combater o avanço do nazifascismo. A IV Internacional se impôs diante da falência da III Internacional estalinizada frente à guerra imperialista que se avizinhava.

Em março de 1939, no 18º Congresso do Partido Comunista Russo, Stálin fez a defesa de um acordo com Hitler. O pacto germano-soviético que se seguiu permitiu a invasão da Polônia pelo exército nazista, confirmando as análises da IV Internacional e fortalecendo as críticas de Trotsky de que a burocracia estalinista acabaria servindo aos objetivos de guerra do imperialismo. Tornou-se ainda mais imperiosa a defesa da União Soviética assentada nas conquistas da revolução proletária e de combate à morte contra a burocracia usurpadora, que com o pacto germano-soviético refletia a mais profunda degenerescência.

Trotsky indicou que o fortalecimento de Hitler terminaria por se voltar contra a União Soviética. O combate à burocracia era parte indissolúvel do combate ao nazifascismo, à guerra imperialista e ao capitalismo putrefato, com os métodos da revolução e ditadura proletárias. Poucos dias antes de ser assassinado, Trotsky redigiu em breve texto – “Stálin é todavia o satélite de Hitler”, 2 de agosto de 1940, mostrando que o estalinismo não possuía uma política independente, assim prestando serviço aos interesses de uma potência imperialista contra outra.

Embora constituída por forças partidárias embrionárias e debilmente ligadas ao proletariado, a IV Internacional emergiu como uma poderosa alavanca por se basear na luta da Oposição de Esquerda Russa, por dar continuidade às formulações dos Quatro Primeiros Congressos da III Internacional e por conceber o Programa de Transição, redigido por Trotsky. A decomposição burocrática do Estado operário na União Soviética e a destruição programática da III Internacional, bem como a estalinização dos partidos comunistas em todo o mundo, impuseram um gigantesco retrocesso no movimento revolucionário mundial e abriram uma crise de direção sem precedente. A IV Internacional, constituída sobre o Programa de Transição, materializava a necessidade de pôr em pé novos partidos revolucionários em todas as latitudes e recuperar o terreno de construção do Partido Mundial da Revolução Socialista, como fora a III Internacional até o seu IV Congresso.

A traição ao internacionalismo pelo estalinismo empalideceu a brutal traição da socialdemocracia alemã na 1ª Guerra, que levou à falência da II Internacional. Trotsky tinha clareza absoluta de que estava lutando contra o fenômeno da restauração capitalista na primeira revolução vitoriosa do proletariado. Tratava-se de um acontecimento novo, cujo paralelo se encontrava no Termidor (reação restauracionista) da revolução burguesa na França.

De posse da teoria econômica de Marx e Engels, da compreensão das leis da história e dos fundamentos do internacionalismo, Lênin advertiu ao proletariado e ao partido sobre os perigos de derrocada da revolução vitoriosa caso não se propagasse a revolução proletária e caso o isolamento da União Soviética se prolongasse. As possibilidades das forças produtivas eram muitas sob a forma da propriedade social, porém seus limites se encontravam e se chocavam com as forças produtivas capitalistas mundiais, chefiadas pela indústria altamente desenvolvida e controladas pelo imperialismo. A importância da III Internacional era decisiva para o enfrentamento com as forças mundiais do capitalismo. Essas formulações leninistas estiveram na

base da contraposição de Trotsky ao “socialismo em um só país”. E foram o cimento que serviu de piso para a edificação da IV Internacional. O nacional socialismo de Stálin logo se mostrou uma fraude perante o leninismo. Iniciou destelhando a III Internacional e acabou soterrando em escombros o seu piso constituído pelo programa dos Quatro Primeiros Congressos. Stálin, para demonstrar fidelidade às potências aliadas e seu compromisso de não incentivar a revolução, liquidou por decreto a III Internacional, em junho de 1943.

O desempenho do exército russo para a vitória dos aliados, a derrota final da Alemanha/Japão, as revoluções que se desencadearam no Leste Europeu e na Ásia fortaleceram a política de Stálin. A União Soviética se despontou nas negociações de paz e participou da nova redivisão do mundo. No entanto, o maior vencedor foram os Estados Unidos, que passaram a liderar o imperialismo. Era questão de tempo para que se manifestassem os limites da capacidade econômica da União Soviética e eclodissem cisões no seio da burocracia internacionalizada.

A tese do “socialismo em um só país” se transformou em controle burocrático dos novos Estados operários. Vieram as cisões da Iugoslávia e China com a União Soviética. A Alemanha Oriental – uma partilha da guerra – foi sufocada pela Alemanha capitalista reconstruída. Em todos os países em que se expropriou a classe capitalista, triunfou o nacionalismo em oposição ao internacionalismo proletário. A reconstituição das forças produtivas destroçadas na guerra ocorreu sob a égide dos Estados Unidos. Era questão de tempo para que o triunfo da burocracia estalinista revelasse os pés de barro. O nacionalismo burocrático – originado da tese do “socialismo em um só país” – conduziria ao fracasso as conquistas do proletariado na guerra e no pós-guerra.

O XX Congresso do Partido Comunista Russo, realizado pouco depois da morte de Stálin, trouxe à tona o processo de restauração capitalista. As denúncias dos crimes de Stálin foram uma medida para se aproximar do imperialismo. Uma outra foi a adoção da “coexistência pacífica” com o capitalismo e a renúncia aberta da revolução proletária. Os Estados Unidos estavam em plena condição para travar a “guerra fria” e impor o cerco capitalista às economias estatizadas. A derrocada da União das Repúblicas Soviéticas, em fins dos anos 80, e o processo de restauração, que tomou conta do Leste Europeu e China, são resultantes do nacionalismo termidoriano, originário do estalinismo.

Na obra “A Revolução Traída”, Trotsky faz a mais completa análise da degeneração burocrática do partido e da ditadura do proletariado, prevendo a possibilidade das forças sociais restauracionistas ganharem peso e destruírem as conquistas da revolução. Uma revolução política era a única solução para se evitar o retrocesso histórico. Mas esta dependia não só das contradições internas mas também das externas. Ou seja, a derrubada da burocracia estalinista estava vinculada ao avanço da luta de classes na Europa.

Trotsky termina a Revolução Traída confiando nesta perspectiva: “A primeira vitória revolucionária na Europa terá, nas massas soviéticas, o efeito de um choque elétrico, as acordará, levantará o seu espírito de independência, reanimará as tradições de 1905 e de 1917, enfraquecerá as posições da burocracia e não terá para a IV Internacional menos importância do que teve a III a vitória da Revolução de Outubro. Para o primeiro Estado operário, para o futuro do socialismo, não há salvação a não ser por esta via.”

Quando acabava de escrever esta previsão, a ditadura burocrática iniciava os processos de Moscou, indicando que Stálin conhecia

os perigos de uma revolução política. A Revolução Espanhola seria derrotada pela política de subordinação do proletariado ao governo burguês republicano. A KGB se encarregaria de auxiliar a reação no assassinato de combatentes da revolução, entre eles o ex-trotskista Andrés Nin, do POUM. Na França, o Partido Comunista aplicava a tática de Frente Popular, que aliena a independência da classe operária diante dos partidos burgueses socialdemocratas. As derrotas da classe operária na Espanha, França e Alemanha – que se seguiram às da China, em 27 – não serviram tão-somente à burguesia mas também, em aparente contradição, à burocracia estalinista.

A guerra imperialista teve a seu favor a vitória da contra-revolução na Espanha e a política traidora das frentes populares que imobilizaram as massas por detrás da moribunda democracia burguesa.

As revoluções no Leste Europeu e China ocorreram sob o domínio da burocracia e dos efeitos da vitória contra o nazifascismo. Já não havia a III Internacional revolucionária. E a IV Internacional havia sofrido um poderoso golpe com o assassinato de Trotsky. O pós-guerra evidenciou plenamente que a crise da humanidade é a crise de direção. Não houve como a IV Internacional resolvê-la organizando o proletariado mundial, mas estabeleceu os marcos programáticos para a sua solução. O estalinismo foi derrotado em sua premissa de “socialismo em um só país” e em todos os aspectos da política de conciliação de classes.

O futuro pertence ao marxismo-leninismo-trotskismo. Nesses 70 anos do aniversário da morte do revolucionário inquebrantável, cresce nossa convicção de resolver a tarefa de construir o Partido Mundial da Revolução Socialista. O processo de restauração avançou. As con-

quistas revolucionárias foram arrancadas das mãos da classe operária mundial. No entanto, o capitalismo está mergulhado novamente em uma crise profunda. A história comprovou definitivamente que há não saída, a não ser pela destruição maciça de forças produtivas. A burguesia mundial está obrigada a se utilizar da guerra em larga escala e a retomar os métodos políticos do fascismo. As massas e particularmente a juventude pagam com a volta do desemprego crescente. A ofensiva contra a vida dos trabalhadores está em pleno andamento nos Estados Unidos e Europa. A contradição entre as forças produtivas e as relações de produção sob a forma da propriedade monopolista, bem como entre as fronteiras nacionais e o mercado mundial, voltam a se manifestar com vigor. Não por acaso, a crise aberta em setembro de 2008 nos Estados Unidos ainda repercute na Europa. Certamente, não avança em linha reta. Mas avança. É questão de tempo para China, Índia, Brasil etc serem arrastados.

O imperialismo usa de todos seus recursos acumulados no pós-guerra para amenizar a crise estrutural. Não obstante, não tem como resolver o choque entre as forças produtivas e a grande propriedade, entre o esgotamento das potências e o atraso das semicolônias. O proletariado está sendo sacudido na Europa. O mesmo ocorrerá nos países que mergulhem na crise.

O Programa de Transição é a arma dos explorados. Trata-se da vanguarda aplicá-lo na luta de classe, trabalhando no seio do proletariado. O Partido Operário da Bolívia, Argentina e Brasil levantam alto a bandeira de reconstrução da IV Internacional.

Viva a revolução e ditadura proletárias!

20 de agosto de 2010

## **Extratos do artigo: “Stalin quer minha morte”, de 8 de junho de 1940**

“A explicação é a seguinte: “em 1928, quando fui expulso do partido e exilado na Ásia central, todavia era impossível falar, não dizemos de fuzilamentos, nem sequer de prisão provisória. Toda a geração com que vivi na Revolução de Outubro e na guerra civil ainda estava com vida. O Burô Político se sentia rodeado por todos os lados.

Na Ásia central pude manter-me em contato direto com a Oposição. Nessas condições, Stálin, depois de vacilar durante um ano, decidiu apelar para o exílio no estrangeiro, considerando-o um mal menor. Pensava que Trotsky, isolado da URSS, privado de aparato e recursos materiais, se veria reduzido à impotência. Além disso, Stálin supunha que, depois de ter-me difamado diante de todo o país, o governo amigo da Turquia me faria voltar à Moscou e ali ajustaria finalmente as contas comigo. Os acontecimentos demonstraram, entretanto, que se pode participar da vida política sem contar com aparato e sem os recursos materiais. Com a ajuda de jovens amigos, assentei as bases da Quarta Internacional, que está se forjando lenta mas persistentemente. Os julgamentos de Moscou de 1936-1937 se montaram para obter minha deportação para a Noruega, isto é para ter-me realmente nas mãos da GPU. Mas não conseguiram. Cheguei ao México. Informaram-me que Stálin admitiu várias vezes que meu exílio ao estrangeiro foi “um grande erro”. Não há outra maneira de retificar o erro senão apelar a um ato terrorista.

Nesses últimos anos, a GPU destruiu muitas centenas de meus amigos, incluindo membros de minha família que estavam na URSS. Na Espanha, mataram meu ex-secretário Erwin Wolff e muitos de meus correionários políticos; em Paris, mataram meu filho León Sedov, aquele que os assassinos profissionais de Stálin perseguiram durante dois anos (1). Em Lausana, a GPU matou Ignácio Reis, que o havia abandonado e tinha se unido à Quarta Internacional. Em Pa-

ris, os agentes de Stálin assassinaram um outro ex-secretário, Rudolf Klement, cujo corpo foi encontrado no Sena, com a cabeça, as mãos e as pernas cortadas. Essa lista poderia continuar interminavelmente”. (páginas 320-321)

(...)

“Depois de sua participação ativa e verdadeiramente assassina da GPU nos acontecimentos espanhóis, recebi muitas cartas de meus amigos, principalmente de Nova York e Paris, informando-me que estavam enviando agentes da GPU ao México, França e Estados Unidos. No momento oportuno, transmiti à polícia mexicana os nomes e as fotografias de alguns desses cavalheiros. O estouro da guerra agravou, todavia, mais a situação por causa de minha luta irreconciliável contra a política exterior e interna do Kremlin. Minhas declarações e artigos sobre o desmembramento da Polônia, encabeçado por Stálin etc, reproduziram-se em todos os países do mundo, em milhares de exemplares. Aumenta o descontentamento dentro da URSS. Sua condição de ex-revolucionário faz recordar a Stálin que a Terceira Internacional era incomparavelmente mais débil no início da guerra anterior do que o é hoje a Quarta Internacional. O desenvolvimento da guerra pode dar um poderoso impulso à Quarta Internacional, inclusive dentro da própria URSS. Por isso, Stálin não poderia deixar de ordenar seus agentes que terminassem comigo o mais rápido possível”. (página 322)

(...)

“O movimento ao qual pertença é um movimento jovem, que desde que surgiu sofre uma perseguição sem precedentes da parte da oligarquia de Moscou e seus agentes em todos os países do mundo. Falando em geral, é difícil encontrar em toda a história um movimento que tenha padecido tantas vítimas em um breve tempo

como a Quarta Internacional. Tenho a profunda convicção pessoal de que em nossa época de guerras, conquistas, saque, destruição e toda espécie de bestialidades, a Quarta Internacional está destinada a jogar um grande papel histórico. Mas aqui já entramos no terreno do futuro. No passado, só se tem golpes e perseguições. Nos últimos doze anos, nada se poderia fazer acerca da Quarta Internacional com a esperança de fazer alguma coisa. Por essa razão, as pessoas que se uniram à Quarta Internacional são generosas, estão convencidas e dispostas a renunciar não só seus bens materiais, se necessário for, sacrificar suas vidas. Sem nenhum afã de cair na idealização, permito-me, entretanto, afirmar que é quase impossível encontrar em outra organização um conjunto de pessoas tão compromissadas com seus

ideais e tão alheias às pretensões pessoais. Entre essa juventude, se selecionou a minha custódia". (página 334)

Extraído da Obra "Escritos", de Leon Trotsky, tomo XI, 1939-40, vol.1, editorial pluma

.....

(1) León Sedov (1906-1938): filho mais velho de Trotsky, se uniu à Oposição de Esquerda e acompanhou seus pais em seu último exílio, como o mais próximo colaborador de Trotsky em sua luta e como co-editor do *Biulleten Opozitsi*. Viveu na Alemanha de 1931 a 1933, e depois em Paris, onde esteve até sua morte nas mãos da GPU. *Escritos 1937-1938* inclui uma avaliação de sua vida e morte.

## **O Partido Operário Revolucionário boliviano levanta a bandeira do trotskismo, lembrando os 70 anos do assassinato de Trotsky**

# **20 de agosto de 1940 - Trotsky Assassinado pelo Estalinismo**

"Fazia exatamente um ano desde que o haviam confinado em Alma Ata, nos confins da Rússia asiática, mais perto da fronteira chinesa do que de qualquer estação ferroviária russa. Na verdade, desde que ele, sua esposa e seu filho Liova saíram do caminhão coberto de neve que os tinha trazido ao trecho final do doloroso caminho da deportação, Lev Davidovich tinha começado a esperar a morte. Estava convencido de que, se por algum milagre, sobrevivesse à malária e disenteria, a ordem de eliminá-lo viria mais cedo ou mais tarde ("Se ele morrer bem longe, quando as pessoas souberem, ele já estará bem enterrado", sem dúvida pensaram seus inimigos). Mas enquanto ocorria o que esperavam, seus adversários decidiram utilizar o tempo para liquidá-lo da história e da memória, que também passaram a ser propriedade do Partido: a publicação de seus livros, justamente quando atingiu o vigésimo primeiro volume, fora suspensa, já que estava em execução uma operação de recolha de exemplares de suas obras nas livrarias e bibliotecas, e ao mesmo tempo, o seu nome era em primeiro lugar difamado e em seguida diminuído, começou a ser apagado dos livros de história, das homenagens, dos artigos de jornal, incluindo fotografias, até fazê-lo se sentir como se estivesse se convertendo num absoluto nada, num poço sem fundo da memória. Por isso, Lev Davidovich até então pensava que, se algo tinha salvado sua vida até aquele momento, era o medo pelo terremoto que esta decisão poderia provocar, se é que algo poderia ser capaz de alterar a consciência de um país deformado por medos, consignas e mentiras. Mas um ano de silêncio obrigatório, acumulando golpes baixos, sem possibilidade de réplica, observando como desarticulavam os restos da Oposição que havia liderado, o convenceria de que o seu desaparecimento foi se tornando, cada dia mais, a necessidade do macabro deslocamento para a satrapia que tinha derivado da Grande Revolução Proletária".

(De: "O homem que amava os cães", de Leonardo Padura, romance histórico, de 2009)

### **O Testamento de Trotsky**

"Minha pressão arterial alta (que continua aumentando) engana aqueles que estão em torno de mim sobre meu estado

de saúde real. Me sinto ativo e capaz de trabalhar, mas, obviamente, se aproxima o final. Estas linhas serão publicadas após a minha morte.

"Não necessito refutar, mais uma vez, as calúnias estúpidas e vis de Stalin e seus agentes, em minha honra revolucionária não há uma só mancha. Eu nunca entrei, direta ou indiretamente, em acordos ou negociações ocultas com os inimigos da classe operária. Milhares de opositores de Stalin foram vítimas de falsas acusações.

"As novas gerações revolucionárias reabilitarão sua honra política e tratarão como merecem os carrascos do Kremlin.

"Eu agradeço sinceramente aos amigos que permaneceram leais nos momentos mais difíceis da minha vida. Não nomeio nenhum em especial porque não posso nomeá-los todos.

"No entanto, penso que se justifica fazer uma exceção com minha companheira, Natalia Ivanovna Sedova. O destino de-me, além da felicidade de ser um lutador da causa do socialismo, a felicidade de ser seu marido. Durante os 40 anos que vivemos juntos, ela sempre foi uma fonte inesgotável de amor, bondade e ternura. Ela suportou grandes sofrimentos, especialmente na última fase de nossas vidas. Mas me consolo com o fato de que também conheceu dias felizes.

"Fui revolucionário durante meus quarenta e três anos de vida consciente e durante quarenta e dois lutei sob a bandeira do marxismo. Se tivesse que começar tudo de novo, naturalmente evitaria este ou aquele erro, mas basicamente a minha vida seria a mesma. Morro sendo revolucionário proletário, um marxista, um materialista dialético e, conseqüentemente, um ateu irreduzível. Minha fé no futuro comunista da humanidade não é hoje menos ardente, embora seja mais forte do que na minha juventude.

"Natasha está perto da janela e a abre para o pátio para deixar entrar mais ar no meu quarto. Eu posso ver a brilhante faixa de verde por trás do muro que se estende até o céu azul claro e o sol brilha em todo lugar. A vida é bela. Que as gerações futuras a livrem de todo mal, da opressão e da violência e a desfrutem plenamente. "

(extraído do "Masas" boliviano nº 2184 de 20 de agosto de 2010)

**Bolívia**

# Mineiros de Huanuni Alertas e Preparados para a Luta

Alfred

Assembleia Geral da Empresa Mineira Huanuni, 03 de agosto de 2010.

Dentro da pauta da assembleia, a questão central era o aumento salarial, área que ficou pendente por existirem decisões contraditórias entre os dois setores da EMH (os trabalhadores do interior da mina e os de fora) que realizaram reuniões setoriais não chegando a uma conclusão que satisfaça ambos os setores. A questão é que o aumento salarial na EMH está sujeito aos custos da empresa. Nos primeiros quatro meses a produção da empresa foi muito boa, passando a uma média de 850 toneladas por mês, o que significava bons lucros para a empresa, mas, nos últimos dois meses, a produção caiu drasticamente para 715 toneladas por mês, afetando drasticamente o orçamento. Um aumento de 5% colocaria a empresa em risco de déficit financeiro se houver uma queda no preço do estanho; podendo até chegar ao fechamento da companhia, colocando em risco a estabilidade dos 4700 trabalhadores da EMH. Por estas razões, os próprios trabalhadores para salvaguardar sua estabilidade no emprego, por maioria de votos, resolveram renunciar ao aumento salarial em 2010.

Esta atitude dos trabalhadores no distrito mineiro de Huanuni de se auto-sacrificarem pela saúde econômica da empresa se chama colaboracionismo, neste caso com o Estado burguês.

Por acaso não é dever do Estado (empregador) e de sua administração (gestão) cuidar dos seus negócios e garantir o aumento salarial que por direito corresponde a cada trabalhador? E se houver uma baixa nos preços, não seria o Estado quem deveria ter um plano de contingência para evitar a demissão de trabalhadores? Mas vemos que o governo da “mudança” do MAS não se interessa pela Empresa Minera Huanuni. Os lucros da empresa caíram porque a produção tem diminuído (os veios estão se esgotando). Não existem mais áreas de escavação, os companheiros do sistema seletivo (ex-cooperativos que exploram diretamente os veios) já não têm estruturas próprias de produção e para os nossos camaradas do sistema convencional, não existem mais projetos. Os investimentos vão rareando como a construção da nova usina com capacidade de processamento de 3.000 toneladas por dia (a atual só processa 1.200 toneladas). É dever da administração desenvolver tecnologias que aumentem a vida útil da jazida, necessitamos com urgência de novas áreas de escavação e o que vemos é que temos uma má administração e um governo que só vêem Huanuni de longe. Se esta situação não for corrigida, a crise no distrito mineiro de Huanuni não virá através de uma queda dos lucros, mas de sua má administração e é o único responsável por isso é o governo do MAS está mais preocupado em favore-

cer seus sócios das multinacionais e pouco se importar sobre o que acontece em Huanuni. E, infelizmente, são sempre os trabalhadores que carregam sobre seus ombros o custo de manter a empresa, sacrificando inclusive sua reposição salarial.

No informe dado sobre as negociações na comissão e da lei de pensões, relatou-se que, com relação à mineração, a proposta do Projeto de Lei é de 35 anos de contribuição para uma renda fixa de Bs\$ 3.000. Uma proposta de quem não conhece como é o trabalho do mineiro. Porque não se pode fazer um mineiro trabalhar 35 anos no interior de uma mina, um trabalhador de minas com 10 anos de trabalho já tem princípios de silicose e com 15 anos de trabalho dentro da mina está condenado a morrer pela doença; então, por que o governo fala em termos de contribuir 35 anos para ter uma renda de 3.000 bolivianos? Nenhum operário das minas, nas condições em que se trabalha no distrito mineiro de Huanuni poderá cumprir esses anos de contribuições e menos ainda sobreviver com esse montante oferecido pelo governo.

O projeto da Lei de Pensões foi rejeitado pela assembléia geral, porque é uma ilusão para com os trabalhadores das minas. E, ante a indiferença do governo ao dialogar e em buscar alternativas para melhorar as condições para nosso setor, não existe alternativa a não ser os trabalhadores saírem à luta contra este governo. Como a história confirma, a classe trabalhadora só alcança suas conquistas sociais com luta. O governo do MAS se diz de mudança, mas não vemos essa mudança.

A paciência dos mineiros é grande, mas tem limites. O distrito Mineiro de Huanuni se declara em ALERTA, e dá um prazo de 48 horas a partir de 07 de agosto deste ano para o governo responder positivamente ao pedido de Huanuni caso contrário ficará quebrado o acordo político de 2009 realizado com o MAS, que nada trouxe de bom para nós e declarar uma greve geral por tempo indeterminado com mobilização. Estamos exigindo que nossa entidade matriz, a COB, chame uma plenária de emergência em Huanuni para planejar as mobilizações, caso contrário os trabalhadores de Huanuni passariam por cima de suas deliberações.

É o momento dos trabalhadores unirem forças para combater este governo que não se sente e não se identifica com as aspirações dos trabalhadores.

Por uma lei de pensões que realmente beneficie a classe operária e uma renda mínima vital para os trabalhadores das minas da Bolívia.

(Extraído do jornal Massas boliviano, nº 2183 de 13/08/2010)

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.  
CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - [www.pormassas.org](http://www.pormassas.org)**